

Valor

ECONÓMICO

12 de Fevereiro 2018
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº96 / kz 400

Director-Geral
Evaristo Mulaza



FERNANDO TELES, PCA DO BANCO BIC

“Não podemos preocupar-nos em criar novos empresários”

ENTREVISTA. Fernando Teles anuncia que vários bancos podem falir, explica as razões por que a maioria dos pequenos é incapaz de cumprir as regras de compliance e diz que, em algum momento, as divisas foram mal geridas. Em tempo de “grandes dificuldades”, precisa, a preocupação não pode passar por criar novos empresários. **Págs. 4 a 7**



Mário Mujetes © VE



Mário Mujetes © VE

PRAZO LIMITE ENCERROU

Candidatos a refinarias reduzidos a metade

Até à véspera do prazo limite para a apresentação de candidaturas para investimentos em novas refinarias, o grupo de trabalho criado por João Lourenço tinha recebido menos de metade das iniciais 60 propostas. Em causa, o aperto das novas exigências. **Pág. 9**

Angola desperdiça crédito de carbono

A barragem do Gove é o único projecto autorizado em Angola para comercializar crédito de carbono. Mas a não apresentação de relatórios auditados sobre a produção de energia tem cortado as aspirações angolanas. Apesar disso, o Governo prevê arrecadar receitas com o negócio. **Pág. 10**

COM ENCERRAMENTO DE LOJAS EM CINCO PROVÍNCIAS

Sistec despede 700

A crise faz das suas na mais antiga loja de distribuição de produtos tecnológicos em Angola. Rui Santos, o presidente do conselho de administração da Sistec, revela, em exclusivo, que a empresa já mandou para casa cerca de 700 trabalhadores. E, porque o futuro é incerto, não descarta a hipótese de mais despedimentos. **Pág. 18**

Moedas AKZ 207,4 (+1,4) ▲ EUR 256,6 (+1,0%) ▲ LIBRA 290,2 (+0,3%) ▲ YUAN 32,87 (+1,6%) ▲ RAND 17,20 (+0,46%) ▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



ALERTA VERMELHO

O avanço do desemprego é uma das expressões mais dramáticas da crise. Todos os dias sucedem-se, à velocidade da luz, notícias de trabalhadores que são mandados para casa. Sem apelo, nem gravo. Há sectores que foram completamente devastados, mas não há um único que tenha ficado imune. A rotina instalou-se desde a segunda metade de 2014. E porque o Instituto Nacional de Estatística continua por se debruçar sobre o emprego e o desemprego, faltam estatísticas que mostrem a dimensão real ou aproximada do problema. As empresas fazem contas soltas e os sindicatos, de tão rotineiros que se tornaram os despedimentos, perdem-se nos números.

Para quem tem a necessidade de se referir a números, a solução é o impossível exercício de extrapolações, através de exemplos como o que chega esta semana da SISTEC.

Como noticia o VALOR, com declarações do presidente do conselho de administração desta que é das primeiras empresas angolanas a inaugurar a economia de mercado, a SISTEC já contabiliza 700 funcionários despedidos desde o início da crise. E Rui Santos teve o cuidado de avisar que as coisas ainda podem piorar, caso o mercado não reaja de forma positiva. O que diz o presidente da SISTEC não é diferente do que repete a maioria esmagadora



dos empresários, senão todos. E quando os empresários se referem à necessidade da reacção positiva do mercado, não deixa de haver nisso um recado explícito ao Governo. E não faltam razões para que assim seja.

Em muitos agentes económicos, paira a convicção de que o Governo ainda não ultrapassou completamente o período de campanha. Há o entendimento de que algum tempo e energia continuarão a ser desperdiçados em assegurar-se o apoio popular do que propriamente em concentrar-se na procura de soluções para as questões de fundo. É disso exemplo a forma como certas iniciativas do Governo, apresentadas como decisivas à minimização dos efeitos da crise, vão sendo relegadas aos poucos para o esquecimento. É disso exemplo o facto de o Governo ter apresentado uma agenda reformista de curto prazo absolutamente impossível de concretizar em uma legislatura, como

o fez com o imenso Plano Intercalar. E por que razão não arrolar aqui as ambições do Governo em arrecadar milhões com a venda de crédito de carbono, quando o único projecto certificado para o efeito não é capaz de apresentar um relatório auditado? E quando os outros projectos potenciais, como o Angola LNG e a hidroeléctrica de Cambambe são declarado e reconhecidos por especialistas como inviáveis? Mas há outros exemplos que chamam o Governo a olhar para a governação de forma mais realista. O aviso da Moody's que prevê baixar ainda mais o risco de crédito do país pode encaixar-se aqui, porque, apesar do discurso contrário, o Governo parece ter sido apanhado de surpresa. Aparentemente o Governo terá subestimado o peso que as suas medidas, especialmente no plano cambial e monetário, teriam sobre a percepção dos mercados. Não houve propriamente falta de alertas.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira**Editor Online:** António Nogueira**Editor gráfico:** Pedro de Oliveira**Redacção:** António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias**Fotografia:** Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa**Secretária de redacção:** Rosa Ngola**Paginação:** Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló**Colaboradores:** Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho**Produção gráfica:** Notiforma SA**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda**Tiragem:** 4.000 N° de Registo do MCS: 765/B/15**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:**

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel**Departamento Comercial:** Arieth Lopes, Geovana Fernandescomercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)**N° de Contribuinte:** 5401180721;**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82**Endereço:** Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

05

3 PERGUNTAS A...



AMADEU L. NUNES
SEC. ESTADO DO COMÉRCIO

Qual é diferença entre o Prodesi e o PND?

Temos tido bons programas, bem desenhados e até elogiados internacionalmente. Mas o problema está na implementação. Há a necessidade de se reverter o quadro, que passa por dar mais espaço aos operadores privados, transmitindo-lhes confiança e dando-lhes incentivos. Estive fora do país como representante comercial e, na Suíça, quem dá emprego são as empresas privadas.

Qual é o papel do Ministério do Comércio no PRODESI?

O Ministério do Comércio tem um papel transversal, trabalha com diversos sectores. No quadro da produção nacional, vai procurar colocar no mercado produtos com qualidade, numa cadeia organizada. No plano do comércio externo, promover as exportações, entre outras tarefas.

Sendo mais um programa como outros fracassados, acredita que o PRODESI vai funcionar?

Acredito, se cada uma das partes, Estado e o sector privado, fizer bem o seu papel. Defendo que se deva dar mais incentivo às empresas para que sejam elas as autoras.

TERÇA-FEIRA

O Fundo de Apoio Social investiu, em oito anos, 500 milhões de kwanzas em 22 projectos de construção de postos de saúde e escolas no Kwanza-Norte, informou o director provincial, Leonel Baptista da Silva.

QUARTA-FEIRA

As operações de carga e descarga no Porto de Cabinda estão paralisadas devido às fortes calemas. O anúncio foi feito pelo presidente do conselho de administração, Samuel Sambo, durante uma palestra em alusão ao 56.º aniversário da ascensão da empresa à categoria de porto comercial.

QUINTA-FEIRA

Os Emirados Árabes Unidos estão disponíveis para cooperar com Angola no processo de repatriamento de capitais, garantiu o ministro Sultan Al Jabar, durante uma conferência de imprensa no final da sua visita a Angola.

SEXTA-FEIRA

O Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos vai apresentar uma Lei sobre a Exploração e Produção do Gás, para “colmatar a inexistência desta legislação específica no país”, anunciou o secretário de Estado dos Petróleos, Paulino Jerónimo.

SÁBADO

A TAAG anunciou a redução de 20% no preço dos bilhetes nas rotas domésticas, pressionada pelos protestos em várias províncias no interior, dado a disparidade do preço com rotas internacionais, principalmente em países africanos.

DOMINGO

A E&D Internacional, empresa angolana, foi distinguida, em Joanesburgo, África do Sul, como a distribuidora que mais cresceu na África Austral em 2017. O prémio foi entregue pelo Escritório Regional da Cummins na África Austral.



SEGUNDA-FEIRA

A Sonangol garantiu cerca de 5.750 milhões de euros em receitas fiscais decorrentes da exportação de crude em 2017, o equivalente a 85% da meta que tinha sido traçada pelo Governo. A informação consta dos relatórios mensais do Ministério das Finanças sobre receitas com a venda do petróleo.



COTAÇÕES



A MAIS ACENTUADA QUEDA EUROPEIA DESDE 2016

As principais praças bolsistas da Europa fecharam com uma desvalorização de 5%, o pior ciclo semanal desde Janeiro de 2016, quando o mercado fechou com uma semana de negociação e com um saldo acumulado negativo de 6,7%. Até sexta-feira, o índice de referência europeu transaccionou no vermelho pelo segundo dia consecutivo, com o Stoxx 600 a perder 1,45% para 368,61 pontos, num dia em que o índice que agrega as 600 maiores cotadas europeias tocou os mínimos de Agosto de 2017. O sector petrolífero e do gás foi o que mais pressionou, ao recuar 2%.



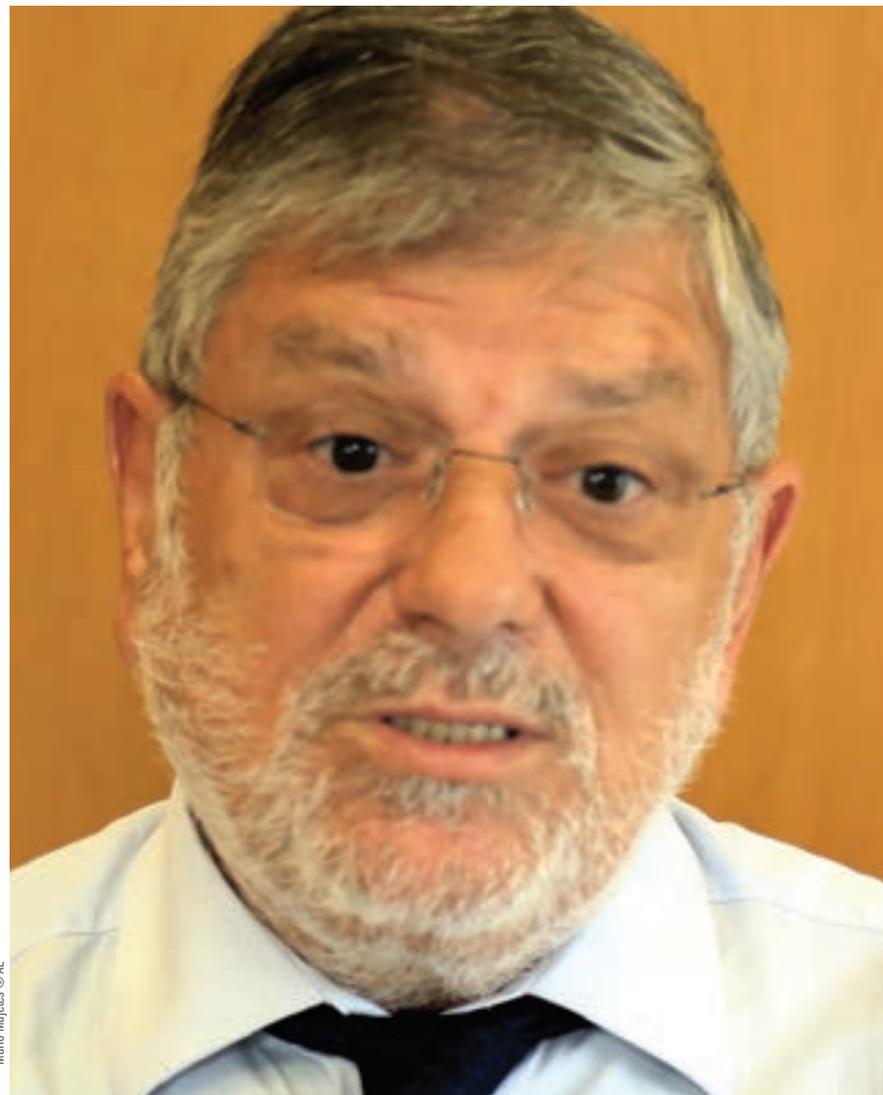
PETRÓLEO ABAIXO DOS 60 DÓLARES EM NOVA IORQUE

O petróleo fechou a semana passada a descer pela sexta sessão consecutiva, com a matéria-prima a ser contagiada pela desvalorização dos mercados accionistas e penalizada pelo aumento da produção nos EUA para níveis recordes, bem como pelo anúncio do Irão de que pretende aumentar a produção. O WTI, em Nova Iorque, desvalorizou 2,34% para 59,72 dólares, transaccionando pela primeira vez, este ano, abaixo dos 60 dólares. Já o Brent, referência para as exportações angolanas, caiu, em Londres, 2,16% para 63,41 dólares.

Entrevista

FERNANDO TELES, PCA DO BANCO BIC

“A maioria dos pequenos não consegue cumprir o compliance”



Mário Mijães © AE

Na conversa em que também se debruça sobre os seus projectos agrícolas, o banqueiro defende a necessidade de coragem para regularizar a situação dos bancos mais pequenos. Aborda os vários desafios da economia no geral e garante que os clientes accionistas do BIC recebem o mesmo tratamento dos demais clientes no acesso ao crédito e a divisas.

Por César Silveira

Qual é o balanço que faz dos resultados do BIC em 2017?

Não vou falar muito sobre as contas, porque, apesar de as ter fechadas, não gostaria de divulgar os números sem antes estarem auditadas e aprovadas. Mas posso fazer um ponto da situação. O banco teve algumas dificuldades que são as do país. Tivemos

dificuldades em colocar crédito, os depósitos dos clientes não cresceram e isso deveu-se, essencialmente, à contracção da actividade económica e ao não pagamento por parte do Estado aos seus fornecedores. Por tudo isso, a nossa actividade não foi como estávamos a prever. Esperamos que este ano a situação comece a normalizar e o banco tenha a hipótese de recuperar a clientela que perdeu. É uma situação que não foi apenas do BIC, mas da banca toda.

Houve um decréscimo no volume de crédito?

É verdade. O crédito só evoluiu com

base nos nossos recursos. Quando temos menos, há mais dificuldades em aplicar crédito. Para além disso, grande parte dos projectos, sobretudo das empresas, contempla importações e a banca toda tem tido dificuldades. Como sabe, durante 2017, as vendas de divisas do BNA foram, essencialmente, direccionadas, contrariamente ao que está a começar a ser em 2018, em que a banca já começa a ter alguma liberdade nas vendas aos seus clientes. Quando as operações são dirigidas, temos dificuldades em apoiar novos projectos, mesmo aqueles no âmbito do Angola Investe.

Disse acreditar que, este ano, a situação venha a melhorar. E se as suas expectativas não se confirmarem, que banca teremos?

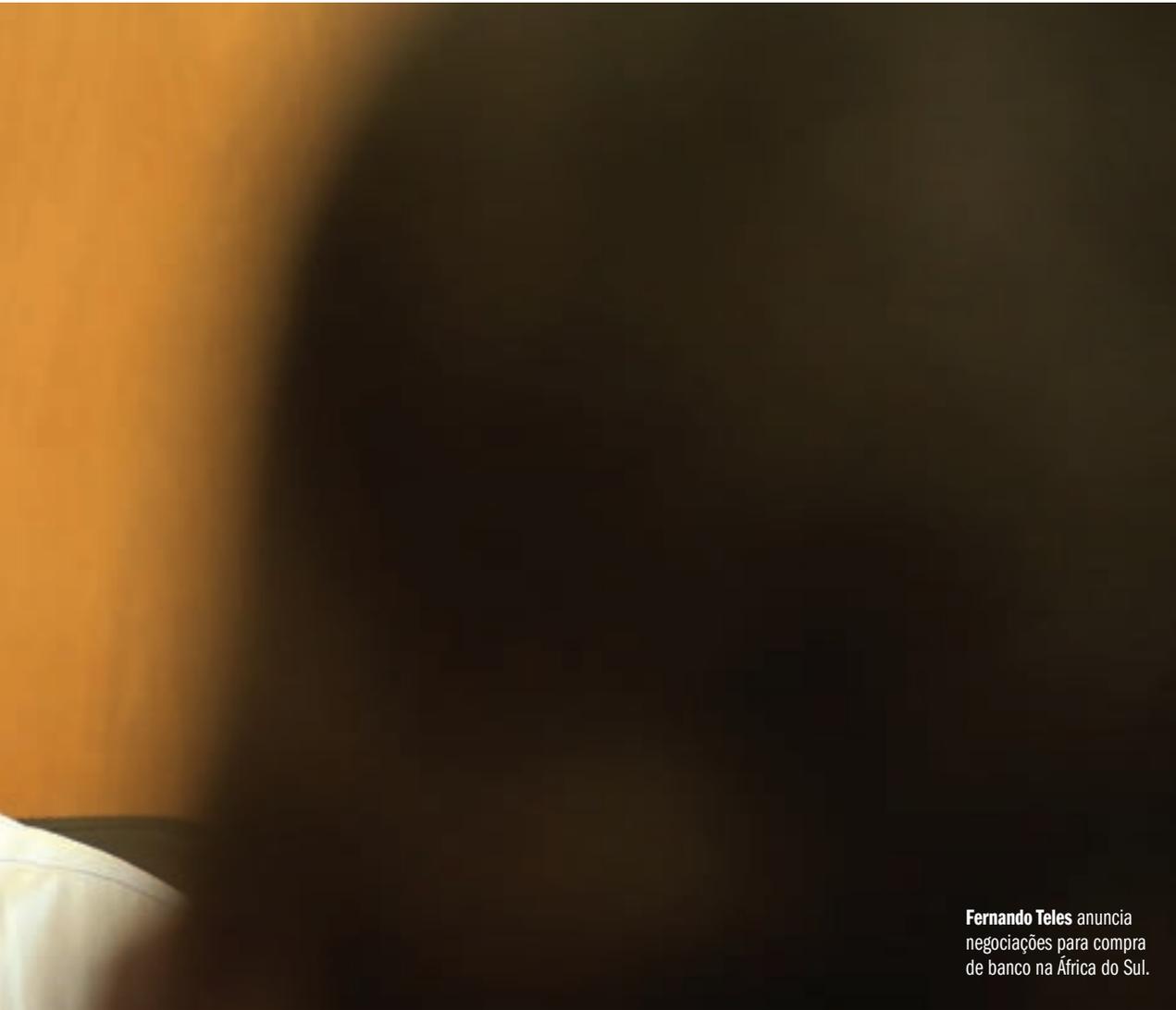
Os bancos têm de se adaptar à crise e à situação do país. Têm de apoiar, sobretudo, os sectores de actividade que podem contribuir para a diminuição das importações. Têm de procurar ajudar a

diversificar a economia, apoiar os sectores primários, a agricultura, pecuária e as pescas. Eventualmente, apoiar o aparecimento de novas indústrias, sobretudo aquelas que estão ligadas ao agro-alimentar, porque este é o caminho. Todos sabemos que, há 40 anos, o país vivia, essencialmente, da agricultura e da pecuária. Angola tem condições excepcionais, semelhantes ao Brasil e à Argentina. O BIC tem sido dos bancos que têm aprovado alguns grandes projectos e o que esperamos é que outros também o façam.

Mas há reclamações de empresários que não conseguem créditos mesmo batendo portas de vários bancos, inclusive do BIC?

Muitos dos projectos que aparecem são apresentados por clientes do banco que não têm conhecimento suficiente da actividade que querem desenvolver o que, para nós, é uma situação difícil. Queremos apoiar mais a economia real, mas

“O banco teve algumas dificuldades que são as do país. Tivemos dificuldades em colocar crédito, os depósitos dos clientes não cresceram...”



Fernando Teles anuncia negociações para compra de banco na África do Sul.



Mário Mujites © AE

somos obrigados a fazer aplicações na dívida pública, que também contribui para o desenvolvimento do país, mas gostávamos muito mais de apoiar projectos privados. Há muitas pessoas que têm pouco conhecimento da realidade económica e dizem que a banca não apoia projectos. Só podemos apoiar os que têm pernas para andar. Se não fizermos isso, estamos a contribuir para o crescimento do crédito malparado e, como sabe, já existe muito.

Felizmente, nós, BIC, não estamos nesta situação. Temos algum malparado, mas está coberto por provisões, mas há situações em que, se não tivermos cuidado, entraremos numa situação de falência.

Está a sugerir que alguns bancos podem falir nos próximos anos? Hoje, temos cerca de trinta bancos em Angola. Há bancos a mais no mercado, e é muito difícil a sobrevivência do sector se não apare-

cerem novos empresários, novos empreendedores, novos projectos e se não houver parcerias com quem tenha 'know-how'. Angola tem de ir buscar parcerias, por exemplo, ao Brasil, Argentina, Portugal, Espanha e China. Se não o fizer, vamos ter muitas dificuldades em fazer o país crescer. Se houver um bom planeamento e uma boa gestão, em cinco ou seis anos, Angola pode ser auto-suficiente em produtos alimentares. Estamos a importar bens alimentares. Temos de procurar substituir por importação de máquinas. Pode dizer-se que a produção no país também implica a compra de alguma nova maquinaria. Sim, mas tudo isso tem de ser planeado. O Estado tem de ter esta opção. A produção nacional é o caminho, porque, sem ela, cada vez as divisas serão menos, a reserva no exterior menor e não há alternativa.

Hoje o petróleo já começa a estar num preço mais animador. Que

“A equipa que está no banco central tem provas dadas, confio nela. Estou convencido de que vai ser muito atacada porque está a eliminar privilégios de pessoas que estavam a ter grande parte das divisas dirigidas sem terem condições para as comprar.”

“O banco central não pode deixar de obrigar que toda a banca tenha a mesma situação em termos de cumprimento de procedimentos e exigir as regras de compliance.”

“Não podemos ter uma situação em que para uns o rácio de solvabilidade tem que ser acima de 10% e os outros têm de 5%, 3% ou 2%. Isto é o mesmo que aceitar que estes, um dia, deixem de honrar os pagamentos dos depósitos.”

impacto espera para a economia? O petróleo a 65 ou 70 já é suficiente para que, se houver uma boa gestão das divisas, se direcione para apoiar novos investimentos destinados à diversificação da economia e substituição das importações.

Não está a ser feita uma boa gestão das divisas?

A equipa que está no banco central tem provas dadas, confio nela. Estou convencido de que vai ser muito atacada porque está a eliminar privilégios de pessoas que estavam a ter grande parte das divisas dirigidas sem terem condições para as comprar. Os procedimentos do BNA diziam que os clientes tinham de ter, nas contas, os kwanzas suficientes para a aquisição das divisas, mas grande parte das operações que chegaram à banca eram operações em que as pessoas que tinham kwanzas nas contas não compravam divisas e quem comprava eram aqueles que não tinham. Tenho receio que esta situação tenha originado algum crédito malparado.

Como é que as empresas que não tinham kwanzas nas contas conseguiram as divisas?

Alguns iam obter crédito ou oferecer as divisas a outros que tinham kwanzas para fazerem as operações em nome deles. Recebiam uma comissão por terem conseguido uma venda dirigida do BNA. Não é normal e não poderia continuar assim.

Impunha-se acabar então com a venda dirigida?

Não estou totalmente contra. Pode haver, pontualmente, alguma venda dirigida por parte dos sectores que o Estado acha que são prioritários, mas de forma generalizada não. Podem dizer-me que é uma forma de criar novos empresários, mas com prejuízos muito grandes para o país porque estes novos empresários, grande parte deles, não tem capacidade empresarial e gastaram-se divisas de uma forma que não foi a mais correcta. Reconheço e tenho consciência de que, quando faltam de divisas no mercado, é preciso saber gerir-las, mas têm de haver regras com mais transparência. Tem de haver uma situação em que os empresários

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

que têm instalações, trabalhadores e uma estrutura montada são apoiados. Não podemos estar a preocupar-nos, numa situação de grande dificuldades, em criar novos empresários. Foi isso que aconteceu. Houve operações que foram feitas por venda dirigida e quem estava na banca não percebeu.

Mas no novo modelo também há queixas. O senhor, por exemplo, foi acusado de ter canalizado todas as divisas para as empresas pessoais. O que tem a dizer?

É falsa a notícia. O Banco BIC, neste leilão que foi referido na notícia, não vendeu nenhuma divisa às empresas referidas. No BIC, na concessão de crédito e no 'fixing', os accionistas e administradores dos bancos não participam nas decisões sobre si. Mas também é lógico que, tendo alguns accionistas, individualmente, actividade económica, não podemos cortar as possibilidades destas pessoas. Não vou deixar de vender divisas, por exemplo, à Martal por ser accionista do BIC. Não vamos deixar de vender à empresa de cimentos ou de cervejas porque há uma accionista que também é do BIC. Grande parte dos empresários em Angola que estão a contribuir nos vários sectores de actividade também são accionistas dos bancos e isto não pode impedir que, desde que seja feito com transparência, e dentro das normas em vigor, tenham acesso às divisas. E o Banco Nacional de Angola recebe a relação de todas as vendas que são feitas em cada 'fixing' por operação. Podem confirmar que, no caso concreto desta notícia, é falsa. Até poderia ser verdadeira, poderiam ter sido alocadas divisas para alguma empresa de que eu fizesse parte, mas a verdade é que não o foram.

Como diz, há muitos banqueiros com negócios fora da banca, mas as notícias falam de si...

Só entendo isto porque eu, em nome do banco BIC, propus, na última reunião com o governo do banco central, que se passasse a divulgar os leilões e a publicar os bancos que compram. Estava à vontade, porque, nos dois primeiros leilões em que se aumentaram os câmbios, o Banco BIC comprou zero de divisas porque oferecemos menos. Na



PERFIL

Mais de 5 décadas de banca

Fernando Leonídio Mendes Teles, nasceu em 1952, em Alvarenga, Portugal. É licenciado em Organização e Gestão de Empresas e chegou em Angola com 14 anos (1966), onde foi admitido, nesse mesmo ano, no sector bancário (antigo Banco de Crédito Comercial e Industrial). Ingressou aos quadros do antigo Banco de Fomento Exterior (BFE), tendo sido director e fundou o BFE em Luanda a partir do zero. Depois de doze anos, criou, em 2005, o BIC do qual é PCA.

nossa perspectiva, não julgávamos que houvesse interesse em disparar o câmbio tão rapidamente porque tenho receio da inflação. Era defensor de que a desvalorização deveria ser feita mais lentamente, mas foi entendido por quem decide que mais valia ser rápido. Estou de acordo, mas não estaria se, em todos os leilões, quem comprasse fosse quem oferecesse mais como foi nos dois primeiros.

É possível respeitar as regras de transparência e 'compliance' quando se tem os accionistas dos bancos a investirem noutros sectores, fazendo recurso aos créditos e concorrendo para a aquisição de divisas num cenário de escassez? É possível e em todo mundo é assim. Não é nada que seja diferente dos outros países. Se chegar a Portugal ou aos Estados Unidos, verá que os accionistas dos ban-

cos não estão proibidos de investir noutros ramos de actividade até porque quem é empreendedor e ganha dinheiro num sector de actividade normalmente é convidado para investir em outros. Se me disser que tem de haver regras na distribuição das divisas que são alocadas, para o caso do nosso país, responderei que há estas regras. Temos um Comité de Fixing que decide. Eu não decido nunca uma operação de crédito em que eu seja parte. Quem participa são os meus colegas que podem dizer sim ou não. Em Portugal, é a mesma coisa.

O cliente comum concorre em igualdade de circunstância com o cliente accionista na solicitação de crédito, por exemplo?

As dificuldades são iguaizinhas. Os projectos têm de ser viáveis, têm de ter credibilidade e garantias. É lógico que um grande empresário,

com muitos bens, tem mais facilidade de acesso do que um jornalista que quer iniciar um negócio. Quem já tem um histórico e bens, é normal que tenha mais facilidade de acesso ao crédito, mas isso é verdade, tanto para o accionista como para outro cliente. Aliás, na maior parte das vezes, tem mais facilidade o cliente comum porque o accionista é mais escrutinado e tem de seguir as regras do banco central.

O banco tem participado nas reuniões internacionais dos bancos correspondentes com o objectivo de encontrar novos parceiros. Tem obtido resultados?

Estamos sempre nestas reuniões e, na última, no Canadá, conseguimos arranjar um correspondente italiano e um chinês para além dos que já tínhamos. Mas não podemos esconder que a banca internacional olha para Angola com reservas, devido às notícias que saem sobre compliance. O BIC foi dos bancos que mais cedo fez importantes investimentos no 'compliance'. Às vezes, são coisas simples, mas, se não se responderem, criam-se desconfianças. Por exemplo, quando pedimos para um banco no exterior fazer um pagamento e eles pedem informações sobre a empresa, se não respondermos em dois ou três dias, o alerta começa logo a tocar no banco correspondente. Temos todos de fazer um



Mário Mujites © AE

esforço grande. Em Angola, temos todos de ter consciência de que a maior parte dos pequenos bancos não consegue cumprir as regras do 'compliance', porque são muito apertadas, burocráticas e exigem equipamentos próprios para controlar as operações executadas.

E como se resolve esta questão?

Os bancos pequenos estão com muitas dificuldades à sua frente. A preocupação é no sentido de se exigir que alguns aumentem capi-

“*Sou a favor da autorização de novos bancos, desde que seja de um grupo de empresários com credibilidade e um projecto bom.*”

Não sou agricultor, arranjei um parceiro que trouxe os agricultores e nós controlamos, essencialmente, a área financeira e não tanto a produção no dia-a-dia.

tem uma equipa experiente e, de certeza, tem isto em atenção. Na maior parte dos casos, os accionistas do bancos são pessoas conhecidas, mas é uma questão de bom senso. Tem de se lhes pedir que façam este esforço, se puderem, e muitos podem fazer. Ou então, se não têm condições, tem de haver fusões e, eventualmente, uma ou outra liquidação. Esta é a parte mais dolorosa, não gostaria de ver bancos fecharem e não honrarem os depósitos. Mais vale, com alguma penalização para o que os accionistas investiram, haver fusões que, normalmente, são boas para ambas as partes.

Que opinião tem da decisão do Governo de repatriar o fundo de angolanos no exterior?

Temos de ter consciência de que, durante anos e em muitos anos seguidos, qualquer angolano podia transferir duzentos mil dólares por ano. Se fosse uma família de cinco pessoas, poderia transferir um milhão de dólares. Foram legalmente autorizadas e há uma razão de ser. Os fornecedores do Estado e salários dos funcionários públicos são pagos em kwanzas mas, para realizar estes kwanzas, o banco central tem de vender dólares que recebe da Sonangol. O banco central tinha todo o interesse em vender os dólares. As divisas ou ficavam nas nossas contas, no BIC e noutros bancos (nós temos mil e 200 milhões de dólares em depósitos em dólares) e as pessoas têm dificuldade de movimentar, mas, durante muitos anos, as pessoas podiam fazê-lo. Mesmo hoje, podem levar 10 mil dólares e, se for um empresário que está sempre a viajar, no final do ano, pode ter 100 mil. Fazer o apelo patriótico àqueles que levaram o dinheiro ilegalmente sim. Aos que levaram legalmente podemos fazer o apelo patriótico, mas no sentido de investirem cá, porque estes não cometeram ilegalidade nenhuma. Mas é preciso ter cuidado porque se não os bancos no exterior, que já têm um preconceito grande relativamente a Angola, começam a incomodar todos os clientes angolanos que têm duzentos mil dólares na conta. Já ouvi que, em Portugal, nalguns bancos, incluindo no meu, as pessoas estão com a preocupação de controlar se as pessoas têm lá o dinheiro.

tal para ganharem maior dimensão e poderem cumprir todas as regras, não apenas de 'compliance' mas também de procedimentos. Todos temos consciência de que não é fácil, mas tem de haver coragem de o fazer. O banco central não pode deixar de obrigar que toda a banca tenha a mesma situação em termos de cumprimento de procedimentos e exigir as regras do compliance. Isso só se consegue chamando os accionistas de alguns dos bancos, sugerindo-lhes que arranjem novos parceiros e ou fusões. É o normal, é o que acontece no mundo todo quando uma empresa está com dificuldades. E não há dúvidas de que, para a economia que temos neste momento, há bancos a mais.

Não há espaço para mais bancos?

Sou a favor da autorização de novos bancos, desde que seja de um grupo de empresários com credibilidade e um projecto bom. Se calhar, todas as pessoas que constituíram bancos eram credíveis, mas algumas delas, entretanto, ficaram descapitalizadas e quando se lhes pede aumento de capital, não conseguem. Ora, não podemos ter situação em que, para uns, o rácio de solvabilidade tem de ser acima de 10% e os outros têm de 5%, 3% ou 2%. Isto é o mesmo que aceitar que estes, um dia, deixem de honrar os pagamentos dos depósitos. O banco central

Os bancos pequenos estão com muitas dificuldades à sua frente. A preocupação é no sentido de se exigir que alguns aumentem capital para ganharem maior dimensão.

A nossa sugestão ao senhor governador do banco central de maior transparência e que se passe a divulgar os resultados dos fixing não agrada a todos. Mas precisamos de ter consciência de que as divisas nunca vão chegar para todos.

As autoridades falam em incentivos às pessoas que transferiram legalmente, se repatriarem os recursos e os investirem no país. Podemos apelar para as pessoas investirem no sentido de ajudarem a economia do país. Eu estou a fazê-lo. Tenho investimentos noutros países mas o maior é em Angola. Na banca e na agricultura, somos líderes na produção de milho e caminhamos para sermos líderes no arroz. Isso faz-se com trabalho, empreendedorismo, a acordar no meio da noite e ter consciência de que o que estamos a fazer é para contribuir para o desenvolvimento do país. Acho que, se for feito este apelo, será possível repatriar algum dinheiro.

O BIC estava com perspectivas de iniciar actividade em Macau. Como está este processo?

Estamos numa fase em que a Autoridade Monetária e Cambial de Macau está a analisar o processo. Depois da autorização, teremos de arranjar as condições. Não será só o BIC Angola, vamos entrar com o BIC português, BIC Cabo Verde e, eventualmente até para diminuir a necessidade de divisas. Vamos ter um parceiro que vai ter 20% e o que nós precisaremos de investir serão 20 milhões de dólares. Hoje em Portugal temos fundos próprios de 540 milhões de euros, em Angola, temos 700 milhões de dólares. Por conseguinte, qualquer investimento de 10 ou 15 milhões de dólares é pouco significativo para a nossa actividade.

E há outros projectos neste processo de internacionalização?

Estamos a analisar um banco que está a venda na África do Sul. Não quer dizer que venhamos a adquiri-lo. Está a ser feito com o BIC português e podemos fazer com outras entidades que vamos convidar para serem nossos parceiros, caso a nossa proposta saia vencedora, porque há outros interessados.

Como estão os investimentos que tem no sector agrícola?

O senhor é dos jornalistas que já visitaram a nossa fazenda e sabe o que lá há. Se calhar, quando lá estive, tínhamos 17 ou 18 pivots, hoje temos 40. Só estávamos a produzir em pivots, agora já estamos

também em sequeiro. Não havia suinicultura, hoje temos 400 porcas que já pariram e tem mais 350 para entrar. As vacas andavam a pastar e produzia-se um boi em três ou quatro anos para ir para ao matadouro, hoje, ao fim de sete ou oito meses, estão prontos, são alimentados de forma mais intensiva. Eu bato-me muito pela agricultura e pecuária, poderia estar na área dos diamantes, já me convidaram várias vezes. Se calhar, teria menos trabalho e mais proveito, mas é uma opção. Acho que ainda não visitou o nosso projecto de arroz, está em transformação, está em instalação o descasque e só o investimento no descasque são 1,3 milhões dólares. Já temos semeados quase 500 hectares e o nosso objectivo é que, dentro de um ano ou dois, estejamos com 1.200 hectares. Este é o caminho.

Considera-se agricultor?

Não sou agricultor, arranjei um parceiro que trouxe os agricultores e nós controlamos, essencialmente, a área financeira e não tanto a produção no dia-a-dia. Aliás, eu nem sequer sou o gerente das empresas no dia-a-dia. Estão dois gestores profissionais e há dois accionistas, o Fernando Teles, da Telegest, e o Pedro Garcia de Matos, da Euroeste. Somos os accionistas das empresas na área agrícola. Fernando Teles está na banca e é empreendedor e se fosse hoje, faria tudo na mesma.

A equipa que lidero fez dois bancos em Angola e as pessoas sabem que nós procuramos ser credíveis, não fazemos tudo bem, mas procuramos ser credíveis. Quando lançam uma cabala a denegrir a imagem do presidente do Banco BIC, está tudo errado, mas eu percebo, as pessoas têm um objectivo.

E qual é o objectivo?

O que nós defendemos vai contra os esquemas. A nossa sugestão ao senhor governador do banco central de maior transparência e que se passe a divulgar os resultados dos fixing não agrada a todos. Mas precisamos de ter consciência de que as divisas nunca vão chegar para todos e ninguém melhor que os bancos conhece os seus clientes. Sabemos quem são aqueles que são sérios, trabalhadores e empreendedores. A seriedade e a credibilidade conquistam-se ao longo dos anos.

Economia/Política

GOVERNO CONTABILIZA 7,6 MIL MILHÕES USD CONTRA OS 19,4 DECLARADOS PELA CHINA

Receita petrolífera representa apenas 40% do total importado pela China

PETRÓLEO. Exportação do crude angolano para o 'gigante asiático' valeu, em 2017, mais de 19 mil milhões de dólares, mais do que o dobro das receitas anunciadas pelas autoridades nacionais, com a exportação de petróleo em todo o ano passado.

Por António Nogueira

A receita angolana com a exportação de petróleo para a China aumentou 41,6% em 2017, para 19,4 mil milhões de dólares face aos 13,7 mil milhões de dólares alcançados no ano anterior, indicam dados estatísticos da Administração Geral de Alfândega da China, divulgados no final de Janeiro, a que o VE teve acesso.

Os números divulgados pela China representam, entretanto, mais do que o dobro do total das receitas fiscais do petróleo declaradas pelo Ministério das Finanças para todo o ano de 2017.

Como publicado no site oficial das Finanças, as receitas petrolíferas consolidadas, em 2017, fixaram-se na ordem dos 1,6 biliões de kwanzas, o equivalente a pouco mais de 7,6 mil milhões de dólares, ou seja, cerca de 40% dos 19,4 mil milhões de dólares divulgados pelas autoridades chinesas.

Esse diferencial, segundo diversos especialistas, poderá dever-se sobretudo a duas situações distintas, uma das quais relacionada com os contratos de partilha de produção "em que nem toda a receita

Angola surge apenas em décimo lugar, tendo garantido à China, em 2017, receitas calculadas em 2,2 mil milhões de dólares.



gerada é contabilizada pelas autoridades nacionais, sendo que uma parte desse valor é revertida a favor dos grupos empreiteiros que operam os campos petrolíferos".

Um outro cenário, segundo ainda os analistas, poderá ter que ver também com o serviço da dívida pública que Angola tem para com a China, que é pago via carregamento de petróleo.

O VE contactou o Ministério das Finanças, através da sua direcção de comunicação institucional, mas não obteve qualquer resposta até ao fecho desta edição.

Os dados oficiais disponíveis indicam ainda que, entre Janeiro

e Dezembro, Angola exportou 595.604.870 barris de crude, cerca de 70 milhões de barris abaixo do estimado no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2017.

Do total de crude importado, no ano passado, pelo 'gigante asiático', estimado em 160,7 mil milhões de dólares, Angola ocupa uma posição de pouco mais de 12%, abaixo das cifras atingidas pelas exportações de crude da Rússia e da Arábia Saudita, para o mesmo destino.

Em 2017, só as exportações da Rússia ficaram avaliadas em 23,5 mil milhões de dólares (14,6% do total), enquanto as da Arábia Sau-

12

Por cento, valor percentual que Angola ocupa na lista dos principais fornecedores de crude a China, posicionando-se logo depois da Rússia e da Arábia Saudita.

160,7

Mil milhões de dólares é o total de petróleo bruto importado pela China, em 2017.

MEMORIZE

- Do total de produtos africanos exportados para a China, no ano passado, Angola conseguiu arrecadar mais de 20,3 mil milhões de dólares, sendo superada apenas pela África do Sul que atingiu o montante de 24,3 mil milhões de dólares.

prou 9,8% de todo o crude da concessionária estatal.

Na altura, segundo ainda os dados da Sonangol, Portugal importou 2,9% do petróleo bruto angolano e a França 1,3%, seguindo-se países como Espanha e Itália, ambos com 0,5% do total.

EXPORTAÇÕES AFRICANAS AUMENTAM

No total, as exportações africanas para a China – onde se inclui também o sector petrolífero – ficaram avaliadas em cerca de 75,2 mil milhões de dólares, traduzindo-se num aumento de 32,4% em relação ao ano anterior, em que estes registos se fixaram em pouco mais de 56,8 mil milhões de dólares.

Além do petróleo, os dados da Administração Geral de Alfândega da China não especificam as mercadorias africanas exportadas, mas destacam que Angola conseguiu arrecadar, por via desse processo, mais de 20,3 mil milhões de dólares, sendo superada apenas pela África do Sul que atingiu o montante de 24,3 mil milhões de dólares.

A Nigéria, que, segundo a OPEP, está na liderança entre os produtores africanos, melhorou a sua cifra de exportações para a China, mas com a ajuda sobretudo de outras mercadorias, no entanto não especificadas, que não o petróleo, tendo aumentado as suas receitas, por via desse processo, para 1,6 mil milhões de dólares, contra os 906 milhões do ano anterior.

Do lado oposto, a importação de produtos chineses por países africanos valeram ao 'gigante asiático' em 2017 cerca de 94,7 mil milhões de dólares, no total. Neste particular, a África do Sul destacou-se mais uma vez ao garantir receitas na ordem dos 14,8 mil milhões de dólares à economia chinesa, seguida da Nigéria, com 12 mil milhões de dólares.

Desta lista, Angola surge apenas em décimo lugar, tendo garantido à China, em 2017, receitas calculadas em 2,2 mil milhões de dólares.

dita em cerca de 20,4 mil milhões de dólares, correspondente a cerca de 12,6% do total.

A venda de petróleo de Angola à China aumentou 22%, ainda no primeiro semestre do ano passado, para 27,1 mil toneladas métricas, tornando-se, na altura, o segundo maior fornecedor chinês, a seguir à Rússia, com 29,2 mil.

De acordo com dados oficiais, a China manteve a liderança no destino das exportações petrolíferas angolanas em 2016, tendo comprado directamente à Sonangol mais de 127,8 milhões de barris de petróleo bruto, seguida da Índia, que com-

POPULAÇÃO DO MOXICO, através dos sobas, pressiona o governador provincial, Gonçalves Muandumba, devido a uma série de preocupações que assolam as populações, como a escassez de oferta de emprego, progressão das ravinas e o mau estado das estradas.



ANGOLA APRESENTA problemas de disponibilidade de informação geológica suficiente e em qualidade, assim como de programas específicos de financiamento, o que torna difícil investir no sector mineiro, afirma o ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, Diamantino Azevedo.



EM BREVE

Lei de gás aprovada

A futura legislação de gás, a ser aprovada brevemente, deve conferir direitos às empresas que obtenham lucros, revelou o secretário de Estado dos Petróleos, Paulino Jerónimo, comparando-a à actual, que dá primazia ao Estado. Paulino Jerónimo esclareceu que “o gás vai continuar a pertencer ao Estado, a cedência de direitos a quem o descubra é para dar a possibilidade de monetização dos recursos”.

O governante garantiu que a legislação está praticamente na recta final, perspectivando submeter ainda este mês ao Executivo, a quem cabe a aprovação final.

Num encontro com empresários, resolveu esclarecer a situação de empresas que fizeram descobertas, como a BP, que foi obrigada a passar os direitos à Sonangol, admitindo, “mesmo que as leis não tenham efeito retroactivo”, rever o processo. Paulino Jerónimo destacou ainda, como medidas a tomar em breve, acelerar a aprovação de contratos do sector petrolífero, a redução do tempo para as licitações dos blocos e a introdução de mudanças de como o aligeirar a legislação que trata das aprovações do sector petrolífero.

Por: Valdimiro Dias

CONSTRUÇÃO DE NOVAS REFINARIAS

Grupo técnico elimina metade dos candidatos

REFINAÇÃO. Três anos de fecho de contas devidamente auditados e comprovativo de relação com bancos de primeira linha fazem parte das exigências para o primeiro crivo. Empresas tiveram dez dias para responder.

Por César Silveira

Pelo menos, metade das empresas que se manifestaram interessadas em investir nas novas refinarias deve ‘cair’ nesta primeira fase de selecção, considerando o “reduzido número” de propostas que foram entregues até à véspera de 10 de Fevereiro, o ‘deadline’ definido para a apresentação das candidaturas, apurou o VALOR.

O cenário, além de desejado, era o perspectivado pelo grupo de trabalho criado pelo Presidente da República, uma vez que seria “tecnicamente impossível” avaliar 63 propostas, submetidas nas primeiras candidaturas. Com as regras “apertadas”, o grupo técnico acredita que grande parte dos candidatos não reúne as condições exigidas.

As intenções de participação nos novos investimentos começaram a ser reveladas algumas semanas depois da tomada de posse do Governo saído das eleições de Agosto de 2017, impulsionadas, sobretudo, pela disposição manifestada pelo Presidente da República de terminar com a total dependência da importação dos derivados do petróleo.

No entanto, as diversas propostas foram apresentadas sem que existisse um caderno de encargos, muito menos indicações “sobre o que o Governo pretendia efectivamente”.

Para normalizar o processo, a Sonangol reuniu, no final de Janeiro, com as empresas para apresentar as exigências para esta que passou a ser considerada a primeira fase de selecção.

Fazem parte das obrigações três anos de fecho de contas devidamente auditados, experiência comprovada no ramo de refinação (construção e gestão) e comprovativo de relação com bancos de primeira linha, segundo fonte próxima do processo. “Vamos testar

63

Número de empresas que manifestaram interesse em concorrer para a construção e gestão das refinarias.

a experiência dos investidores. Não se pode chegar ao fim deste período com o mesmo número de empresas. Não é prático avaliar 63 propostas finais”, explicou outra fonte da Sonangol.

Em Dezembro, foi criado, pelo Presidente da República, um grupo de trabalho para analisar as propostas que deve apresentar os resultados em Março. O período de três meses sustentava a intenção manifestada pelo

chefe do Executivo, em Novembro de 2017, por altura da tomada de posse da administração da Sonangol, de o país “poder contar com uma ou mais refinarias” tão logo quanto possível. “Não faz sentido, que um país produtor de petróleo, com os níveis de produção que tem hoje e que teve no passado, continue a viver quase exclusivamente da importação dos produtos refinados”, defendeu, acrescentando ser intenção de, pelo menos, dar início à construção ainda este ano.

Como noticiou o VALOR, em Janeiro, a construção da Refinaria do Lobito, suspensa em 2016, deve ser retomada, sendo a italiana ENI a mais bem posicionada para ficar com a empreitada. Outra certeza é a suspensão do projecto da Refinaria do Namibe, aprovado em Março de 2017, por, supostamente, ser economicamente inviável. Assim como é dada como certa a construção de uma refinaria em Cabinda.

Actualmente, a refinaria de Luanda, com 62 anos, é a única a operar no país e conta com uma capacidade nominal instalada de 65 mil barris por dia. Angola importa mensalmente mais de 150 milhões de dólares em combustíveis refinados.

Até ao fecho desta edição, menos de metade dos 63 candidatos iniciais tinham apresentado propostas.



Economia/Política

FALTA APRESENTAR RELATÓRIOS AUDITADOS

Angola sem crédito de carbono

PROTOCOLO DE QUIOTO. 'Linha verde' angolana está comprometida por causa dos projectos de Gove e Angola LNG que se tornam "inviáveis". País está disposto, mesmo assim, a vender os créditos. Ministério do Ambiente compromete-se a dar apoio.

Por José Zangui

Angola tem intenções de vender crédito de carbono, mas não consegue por não apresentar relatórios regulares auditados sobre a produção de energia, conforme está estipulado no Protocolo de Quioto.

O próprio director do Gabinete de Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente, Giza Gaspar Martins, reconhece que "não existem em Angola" condições para a "comercialização de gás de carbono, apesar de o país ter um grande potencial".

Entre 2010 e 2014, Angola seleccionou sete projectos. As barragens hidroeléctricas do Gove, no Huambo, e de Cambambe, no Kwanza-Norte, e o projecto Angola LNG foram as primeiras iniciativas apresentadas de redução das emissões de gases por efeito-estufa.

Gove foi, no entanto, o único certificado, em 2014, pelo comité executivo que autoriza a emissão de créditos

de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto. A partir daí, o país passou a ter uma 'linha verde' para a comercialização de créditos de carbono a países mais industrializados que têm metas a cumprir com a redução de emissão de gases poluentes.

Um dos mais destacados especialistas de ambiente, Vladimiro Russo levanta a hipótese de a barragem do Gove poder mesmo encerrar, nos próximos tempos, lembrando que nunca produziu a capacidade de energia prevista.

O Angola LNG, outro projecto que tem certificação interna e que previa trazer benefícios financeiros anuais de 180 milhões de dólares, com rentabilidade da venda do crédito de carbono, é considerado "inviável", por Giza Martins e por Vladimiro Russo. Segundo os dois especialistas, do ponto de vista técnico, foram encontradas dificuldades pela forma como estava a ser concebido. "É um projecto que deve ser repensado do ponto de vista técnico", defende aquele responsável do Ministério do Ambiente.

O PRODESI - Programa de Apoio à Produção, Promoção das Exportações e Substituição de Importações - perspectiva arrecadar receitas com este tipo de projectos.

A inviabilidade dos projectos angolanos é reforçada com a tran-



Giza Martins, do Ministério do Ambiente

MEMORIZE

● **CRÉDITO DE CARBONO** é um mecanismo de desenvolvimento de energias limpas, definido pelo protocolo do Quioto, com a intenção de reduzir a emissão de gases. Cada país tem uma quota. A ideia é que o crédito possa ser vendido aos países mais industrializados para que estes possam cumprir as metas traçadas em Quioto. Ou seja, os mais poluidores pagam aos menos poluidores, mantendo as médias de emissão de gases.

sição na abordagem dos assuntos climáticos. O Protocolo de Quioto cessa em 2020 e, depois disso, vai passar a vigorar o acordo de Paris – o tal que Donald Trump anunciou não querer cumprir – que deverá ditar mais regras.

Para Vladimiro Russo, os proponentes de precisam "respeitar os critérios exigidos" e os projectos podem ainda ser certificados, mas "se houver uma melhor organização interna".

Por sua vez, Giza Martins entende que os baixos preços "trazem incertezas sobre as novas regras do Acordo de Paris" e "podem estar a desincentivar os proponentes. O custo certo, segundo o Banco Mundial, seria de 60 dólares por tonelada e Giza Martins defende a necessidade de regularização do preço internacional.

O director do Gabinete de Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente acredita que é um negócio que vai ganhando espaço, havendo mercados activos na União Europeia e em parte de países asiáticos industrializados.

O Governo tem incentivado as empresas a apostar neste mercado para retirar benefícios financeiros, mas reconhece que muitos projectos "apresentam falhas na estruturação". O Ministério do Ambiente promete ajudar tecnicamente os proponentes.

O ambientalista Vladimiro Russo, apesar de recordar que o preço do carbono está em baixa, em relação a 2014, destaca que "pode trazer sempre algum dinheiro para as empresas e para o país".

Actualmente, uma tonelada de carbono está a ser comercializada entre os nove e os 10 euros.

TRANSPORTES

Modernização do Porto do Namibe retoma em Março

A segunda fase do projecto de modernização do Porto do Namibe arranca este ano e contempla a reabilitação de 240 metros de cais e a pavimentação do parque de contentores existente.

Uma delegação do Ministério dos Transportes, encabeçada pelo director-geral do Instituto Marítimo e Portuário de Angola (IMPA), Victor Alexandre de Carvalho, trabalhou entre os dias 29 de Janeiro e 2 de Fevereiro, em Tóquio, República do Japão, com o objectivo de fazer o acompanhamento da abertura da proposta de preço e a adjudicação da empreiteira japonesa, TOA Corporation, seleccionada, por concurso público, para a executar os trabalhos que, de acordo com o contrato devem iniciar em Março.

Segundo o Ministério dos Transportes, em nota enviada ao VALOR, o projecto de modernização do Porto do Namibe resulta de um acordo de doação avaliado em cerca de 20 milhões de dólares, assinado em Fevereiro de 2017, entre a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e o Instituto Marítimo e Portuário de Angola (IMPA), com a finalidade de contribuir para o arranque da segunda fase da empreitada.

O acordo entre os dois governos contemplou a Empresa Portuária do Namibe, nomeadamente, no que refere à reabilitação total do cais com comprimento de 480 metros, dividido em duas fases, tendo concluído os trabalhos da primeira fase em 2011.

Na primeira fase de execução da modernização do porto, foram reabilitados os primeiros 240 metros de cais, estando os mesmos actualmente em funcionamento nos termos de um contrato de concessão com a empresa SOGESTER.

TRINTA E DOIS camiões carregados com 793 metros cúbicos de madeira em toro encontram-se, desde 1 de Fevereiro, retidos no Kwanza-Norte, em função da suspensão de toda actividade de exploração e transporte de madeira em toro e serrada, referente à campanha Florestal de 2017.



A **PRODUÇÃO** de rochas ornamentais na Huíla reduziu de 41. 713 metros cúbicos em 2016, para 36. 168 em 2017, informou no Lubango, a directora do gabinete provincial da indústria, geologia e minas, Paula Baptista Joaquim.



ASSEMBLEIA NACIONAL APROVA OGE ESTA SEMANA

Oposição impõe alterações, mas mantém voto contra

OGE. Incrementos de 9% para a educação e 10% para a saúde, aprovados pelo parlamento não agrada na UNITA, enquanto a CASA-CE quer maior atenção ao sector produtivo. Os deputados aprovam esta quarta-feira o documento final.

Por António Miguel

A

UNITA deverá votar contra a aprovação final do Orçamento Geral do Estado (OGE/2018), que terá lugar a 14 de

Fevereiro na Assembleia Nacional, por não constar as suas “principais propostas”, informou o porta-voz do partido, Alcides Sakala.

Na semana passada, o maior partido da oposição votou contra a aprovação do Relatório Parecer Conjunto das comissões de especialidade, que prevê incrementos na proposta final do OGE para este ano. De acordo com Alcides Sakala, a UNITA desejava ver aumentar as verbas para o sector social, principalmente para a educação, na ordem dos 15% do OGE, defendendo igual percentagem para a saúde. “Isto para responder às recomendações da SADC”, justifica o dirigente da UNITA.

Alcides Sakala está convencido de que o dinheiro proposto para a educação e saúde é “razoável” perante a situação financeira do Estado. “Depende das opções políticas que se fazem”, reafirma, lembrando que “a saúde e a educação, infelizmente, ficaram sempre relegadas para o segundo plano em Angola. Por isso, é que vemos diariamente milhares de angolanos à procura de serviços de saúde de

países vizinhos ou mesmo fora do continente africano”.

A CASA-CE reúne-se hoje para decidir a sua posição em relação ao OGE, na próxima quarta-feira. A formação política de Abel Chivukuvuku optou pela abstenção na aprovação do Relatório Parecer Conjunto, ocorrida na semana passada.

Embora com posições diferentes em relação à UNITA, o presidente do grupo parlamentarda CASA-CE, André Mendes de Carvalho, apresentou os mesmos argumentos para justificar a abstenção da sua Coligação. “As nossas propostas não tiveram respostas. Portanto, a presidência do acto disse-nos apenas que se vai continuar a analisar as propostas”.

Para a CASA-CE, mais do que discutir a locação percentual de cada sector, deve-se primeiro averiguar como está o Estado em termos de receitas. “Não se pode perder de vista que o sector produtivo é a base de tudo. Sem esse sector não pode haver saúde, educação nem produção de riqueza”, avisa o presidente do grupo parlamentar da coligação.

INCREMENTOS APROVADOS Com a aprovação do Relatório Parecer Conjunto, a dotação orçamental para a educação regista um aumento de 9%, que corresponde a um valor global de 46,4 biliões de kwanzas. Deste modo, a educação passa a ter 6% do OGE.

Para a saúde, o documento prevê um incremento orçamental de 10%, que corresponde a um valor global



6%

Percentagem do OGE alocada à educação,

MEMORIZE

● A proposta do OGE entrou na Assembleia Nacional com um défice de 3%, mas devido aos incrementos fizeram aumentar o défice para 3,5%. No entanto, o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes, explicou que a alteração não vai “perturbar o programa de estabilização macroeconómica”.

de 34,9 biliões de kwanzas, o que eleva para 4% do OGE a verba do sector. O documento recomenda ainda a admissão de 20 mil professores, 1.500 médicos e 200 técnicos de enfermagem, bem como, verbas para a reabilitação de vários hospitais.

CANFEU FORA DO ORÇAMENTO

O Campo Nacional de Férias dos Estudantes Universitários (CANFEU), programa do JMPLA, deixa de beneficiar do OGE, de acordo com as recomendações do Relatório Parecer Conjunto. As verbas destinadas a este programa deverão ser atribuídas a outros destinados à juventude, sob gestão do Ministério da Juventude e Desportos, nomeadamente o apoio ao associativismo juvenil e estudantil, o Festival Nacional da Juventude e o funcionamento do Instituto Nacional da Juventude. Para fazer face à despesas, a JMPLA já anunciou que cada participante, deste ano

do CANFEU, deverá participar com 30 mil kwanzas. O evento terá lugar em Malanje.

Outra recomendação dos deputados recai sobre o percentual fixado para a remuneração da Sonangol, que passa dos actuais 7% para 5%, sendo que o diferencial, equivalente a 2%, deve servir para o reforço da dotação orçamental atribuída ao sector social.

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, considerou a proposta do OGE mais “apta à realidade e para a resolução das preocupações das populações, de Cabinda ao Cunene. “A ideia que temos de que os orçamentos entram para a Assembleia e saem sem qualquer alteração deve ser completamente desfeita. O orçamento que entrou aqui não é o mesmo que vai sair, foram feitos incrementos importantes, sobretudo na educação e na saúde, fundamentais para o progresso e bem-estar sociais”, afirmou.

Economia/Política

PLANO DAS 25 MIL TONELADAS FALHOU

Com algodão paralisado, Governo quer exportar têxteis

INDÚSTRIA TÊXTIL. Governo pretendia alimentar, até 2017, as três fábricas têxteis, com algodão nacional, mas o projecto não foi concretizado. Estava prevista a produção de 25 mil toneladas, mas a meta falhou.

Por Isabel Dinis

A produção de algodão em Angola “continua praticamente paralisada” com “as metas da estratégia que não foram concretizadas”, revela, ao VALOR, o coordenador do programa nacional do algodão, do Ministério da Agricultura, Carlos Canza.

Não obstante, o Prodesi (Programa de Apoio à Produção de Diversificação das Exportações e Substituição das Importações) prevê exportar produtos têxteis através da produção de algodão nacional. No ano passado, estava previsto fazer a primeira colheita de algodão de 242 toneladas, mas só foram colhidas cinco.

Já em 2015, a ‘Estratégia de Implementação de Operacionalização da Cadeia de Valor do Algodão’ previa relançar a produção até 2017. Os planos apontavam para 25 mil toneladas que alimentariam as três fábricas de tecidos (África Têxtil, Satec e Textang). O Governo, desta vez, através do Prodesi, volta a colocar os têxteis nos produtos prioritários com potencial para serem exportados, mas não quantifica. No Prodesi, pode ler-se que a intenção é “actualizar a cadeia de valor dos têxteis (produção de algodão e fibra, tecelagem e confecção)”.

Antes de 2015, havia pequenas iniciativas de camponeses e apenas uma única empresa, a África Sementes, que produzia duas mil toneladas de algodão caroço (o produzido em Angola) por ano.

Além da estratégia para o algodão, o Governo criou um outro programa, denominado ‘Relançamento da Cultura do Algodão’, que teve início em 2005, com um financiamento de 31,4 milhões de dólares da Coreia do Sul. O projecto envolveria a construção de um perímetro com uma área de cinco mil hectares e a construção de infra-estruturas de irrigação e a prestação de assistência técnica que terminaria em 2013.

LONGE DO PREVISTO

Em 2013, o plano não foi concluído, ficando apenas a 63% do previsto, segundo o director do projecto de cultivo do algodão, Abel Kinzeca. O técnico tinha apontado, como dificuldades para o cumprimento dos prazos, durante uma visita do antigo secretário de Estado da Agricultura, José Amaro Tati, às instalações, “a fraca capacidade de produção de corrente eléctrica para alimentar o sistema de água a partir do centro de captação instalado no rio Keve”.

O Governo pretendia produzir, a longo prazo, até 300 mil toneladas de algodão com o programa de revitalização da cultura, anunciava o antigo responsável do projecto, Domingos Nazaré, em 2013, num fórum sobre o sector produtivo no Kwanza-Sul.



242

Toneladas previstas colher em 2017

Na altura, Nazaré reafirmava a aposta do Governo em atingir a auto-suficiência nas necessidades da indústria têxtil, com o restabelecimento da cadeia de valores algodoeiros. Previsto para funcionar numa parceria público-privada, com a única empresa que produzia algodão, a África Sementes, ficou projectada a produção das 300 mil toneladas. Desta cifra, 100 mil toneladas de fibra de algodão seriam destinadas à indústria têxtil e 200 mil toneladas de semente para a indústria de óleo alimentar, farinha de bagaço e ração animal.

SUBIDA DE 75%

O relançamento do algodão surge no orçamento do Ministério da

Agricultura com uma verba alocada, de 2015 até ao ano passado, o programa beneficiou de 788,7 milhões de kwanzas.

Em 2017, a verba disparou quase 75% para 530,2 milhões de kwanzas, face aos 129,2 milhões do exercício anterior. O dinheiro para a campanha de 2017/2018 vai ser destinado a uma plantação de 1.500 hectares, com uma colheita prevista de 500 toneladas em Malanje e no Kwanza-Sul.

Para a concretização deste projecto, foram adquiridas 30 toneladas de sementes, que serão lançadas este mês. O Governo tem ainda, em carteira, um projecto que pretende produzir anualmente 50 mil toneladas de algodão, que deve ser financiado pelo governo do Japão.

“MENOS AMBIÇÃO”

O agrónomo e consultor Fernando Pacheco afirma, ao VE, que o macroprojecto de relançamento do algodão, com o apoio da Coreia do Sul, está a “apanhar chuva e sol”, devido ao facto de “o Governo ter implementado a técnica de regadio que é apenas usada nos países ricos”.

Fernando Pacheco entende que o Governo precisa de ser “mais realista” e “não demasiado ambicioso” nas metas, referindo-se à intenção das autoridades em exportar têxteis com o Prodesi. Para o agrónomo, o Governo devia, antes de pensar em exportar algodão, criar condições para um bom ambiente de negócios. “É muito ambicioso pensar que, em poucos anos, Angola vai ter capacidade de exportar algodão”, observa sem pôr de lado a possibilidade de isso vir a acontecer no futuro.

Fernando Pacheco lembra que, em 2016, se criou muita expectativa numa reunião na Baixa de Cassanje, em Malanje, promovida pelo Ministério da Agricultura, para discutir a cultura com entidades internacionais, e que contou inclusive com uma baronesa do Reino Unido Lindsay Northover, dando a ideia de que estavam prontas as condições para produzir algodão “quando não era verdade”. “Para quê fazer mega eventos quando precisávamos primeiro de discutir o assunto internamente?”, questiona-se.

Qual é a doença e a cura da economia angolana no curto prazo?



Precioso Domingos

Economista, investigador do CEIC

Podemos comparar a saúde de uma economia com a saúde de um ser humano. Para que uma economia seja considerada sã, é necessário que ela cresça ao nível potencial. Quando uma economia cresce abaixo do seu nível potencial, ela está doente.

O nível de crescimento potencial (PIB potencial) ocorre quando a economia faz um uso pleno dos seus factores produtivos (insumos na linguagem brasileira). Essa circunstância é também conhecida por crescimento de pleno emprego, isto é, não existe desemprego da mão-de-obra, do capital e de outros recursos de que a economia dispõe para gerar tal nível de crescimento.

A pergunta que um médico colocaria ao seu paciente seria: qual é a sua doença ou porque estás doente? Em termos económicos equivale: porquê estás a crescer abaixo do seu potencial? Uma vez que o crescimento potencial de Angola ronda actualmente os 9,0% ao ano, estamos a dizer que o crescimento real registado pela economia angolana, nos últimos anos, anda abaixo dos 9,0%.

No curto/médio prazo (um, dois ou três anos), uma economia pode tender a dois tipos de doença ou problemas: desaceleração e recessão.

Desaceleração é quando um carro que andava a uma velocidade de 100 km/h passa agora a andar a 80, 60, 40,

20km/h. O carro continua a andar, só que a uma velocidade cada vez menor. De taxas de crescimento real superior a 10% num passado recente, os dados oficiais mostram que a economia angolana cresceu 6,8% em 2013; 4,8% em 2014; 3,0% em 2015; 0,1% em 2016 e 1,1% em 2017. É evidente a desaceleração da economia angolana pelos dados oficiais, sendo que, em 2016, se atingiu mesmo uma estagnação (o carro ficou parado), pois, 0,1% é praticamente zero.

Recessão é quando o carro vai à retaguarda. A taxa de crescimento económico teria de ser negativa num determinado ano. Por outras palavras, a riqueza estaria a diminuir de um ano para o outro. Para o FMI, contrariamente àquilo que diz o Governo, em 2016, houve uma taxa de crescimento negativa na ordem de 0,7%, ou seja, houve recessão económica em 2016. Para os restantes anos enumerados acima, ainda que em percentagens diferentes, o crescimento foi também considerado positivo pelo FMI.

Repetimos a pergunta: que doença tem a economia angolana? Desaceleração ou recessão? Pelo exposto acima nos pontos i) e ii) a doença chama-se desaceleração. O FMI confirma, excepto para 2016.

Uma vez identificada a doença, a pergunta do médico seria: como apanhaste essa doença? Porque é que a economia angolana entrou em desaceleração? O FMI confirma, excepto para 2016.

Teoricamente, quando uma economia padece de desaceleração significa que existe um único problema: défice de gastos (não confundir meramente com gastos públicos), isto é, invés dos 1.000,00 kwanzas, por exemplo, que a economia tinha de gastar, ela está a gastar apenas 800,00 kwanzas, isto é, abaixo de 1.000,00.

A pergunta a seguir é: quem está a provocar esse défice de gastos? Para percebermos melhor a resposta, precisamos de olhar para a economia

angolana como um carro que possui quatro motores, sendo que qualquer problema ao nível de um dos motores leva o carro a reduzir a velocidade (desaceleração). A desaceleração é ainda maior se houver mau funcionamento ao nível dos 4 motores. Quem são, afinal, esses quatro motores? São eles: i) investimento privado; ii) investimento público; iii) exportações; e iv) consumo privado.

Se olharmos para as Contas Nacionais divulgadas pelo INE em finais de 2016, veremos que alguns dos quatro motores chegaram mesmo a gripar entre 2012 e 2014. Os investimentos privado e público registaram, em conjunto, as seguintes taxas de crescimento reais: 7,2% em 2012; 1,7% em 2013 e -1,9% em 2014. O consumo privado teve o seguinte comportamento: 9,8% em 2012; 8,3% em 2013 e 3,0% em 2014. Finalmente, as exportações comportaram-se da seguinte forma: 5,2% em 2012; -1,2% em 2013 e -14,7% em 2014.

Pelos dados acima, está claro que os quatro motores principais da economia angolana estão a funcionar mal e, como consequência, o carro ou a economia angolana vem sofrendo uma desaceleração que o CEIC considera estrutural. Não precisamos de dizer aqui qual foi o comportamento destes motores em 2016 para concluirmos que registaram um comportamento pior. Infelizmente, a Proposta Orçamental de 2018 não dá sinais de melhoria destes motores, pelo contrário, continua a depositar esperança no motor das exportações (factor exógeno) que dependem do petróleo. O baixo peso das despesas de capital e o preço de referência para o barril de petróleo são prova disso. Ceteris paribus, a economia angolana conserva o seu modelo, não está virada para a diversificação (muito menos das exportações) e continua a não ter planos de longo prazo.

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesses Comuns' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'vazear' do seu governo figuras favoráveis à Angola. Pág. 14

Luanda com seis novas centrais eléctricas
A produção de Electricidade - PRODEL - adquire um carácter de norte a sul com o Gostardo, os novos 100 milhões de dólares, que permitem abastecer mais de 1 milhão de habitantes em Luanda. Pág. 18

GOVERNO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE
A entrada do segundo trimestre, o valor do barril de petróleo mantém-se abaixo do preço fixado no Orçamento Geral do Estado, mas os dados oficiais mostram que o Governo não admite, por via, a revisão da despesa. Os custos máximos de investimento são prioritários às áreas de aplicação para a implementação do Orçamento em alinhar as recomendações do OGE deste ano. Pág. 14-15

Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Análise

SEGUNDO A ECONOMIST OUTLOOK

África cresce mas padece ainda de problemas estruturais

PROJECCÕES. Economia africana vai crescer 4,1% em 2018, na senda de uma recuperação contínua, depois de um registo do PIB em 3,6% em 2017 e 2,2% em 2016.

Por Mario Paiva

As projeções constam do African Economic Outlook, apresentado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) na última cimeira dos chefes de Estado e do Governo da União Africana, que decorreu no final de Janeiro em Addis Ababa, capital etíope.

Um crescimento baseado na melhoria das condições económicas globais, recuperação dos preços dos produtos de base, sobretudo do petróleo e dos metais, avanços em matéria de gestão macroeconómica e melhorias na produção agrícola.

O relatório sublinha, no entanto, que o continente africano continua a experimentar um aumento do desemprego, principalmente por causa da inexistência de mudanças estruturais sólidas. Por isso, apesar do forte crescimento sustentado ocorrido nos últimos anos, este não teve impacto substancial na criação de emprego.

Para Victor Harrison, comissário para os Assuntos Económicos

da União Africana, que, durante a apresentação, conclamou os países africanos a adoptarem as recomendações visando um crescimento inclusivo, “estes estudos apresentam o comportamento das economias africanas face a difíceis condições externas e anunciam o renascimento do crescimento com uma estimativa de 4,1% em 2018.”

Mas Harrison avisou: “sabemos que este crescimento ainda não é inclusivo em África e que o desemprego afecta sobretudo as mulheres e os jovens. “Algo que demanda um esforço por parte dos Estados membros para melhorar o ambiente de negócios e estimular a participa-



ção do sector privado no processo de desenvolvimento”, adiantou o comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana.

O relatório do BAD sobre a ‘Visão da Economia Africana em 2018’ considera que “as infra-estruturas em África ainda são inferiores às de outras regiões em quantidade, acessibilidade e qualidade, devido à falta de investimento. Com o mesmo nível do PIB per capita, o Sul e o Leste da Ásia e a América Latina possuem maior acesso à electricidade e à água potável do que a maioria dos países africanos”.

Um forte aviso à navegação e dirigido aos Estados-membros da UA: urgente monitorar de perto os níveis da dívida, apesar de ser necessário apostar em taxas de crescimento e de investimento mais elevadas. Os rácios da dívida pública estão em alta no continente, alimentados pelo apetite voraz da despesa em infra-estruturas.

Segundo o relatório Visão da Economia Africana 2018, a que

vimos aludindo, 40 países do continente sofreram aumentos da dívida pública no período 2013-2016. Apenas em nove países ocorreu uma diminuição.

Apesar da existência de crescentes preocupações sobre os níveis da dívida pública em África, os especialistas do BAD acreditam que uma gestão prudential e uma utilização produtiva da mesma são necessárias para desbloquear o potencial de crescimento de longo prazo.

“A eliminação da pobreza necessitará de esforços para aumentar o ‘rácio’ da elasticidade do emprego com relação ao crescimento. O ‘rácio’ da elasticidade do emprego com relação ao crescimento (a capacidade da economia de gerar oportunidades de emprego para a sua população como percentagem do seu crescimento) em África está em 0,41%, abaixo do desejável 0,7% para todos os países em desenvolvimento”, enfatiza o relatório do BAD, adiantando que isto pressiona as preocupações no sentido de melhorar as políticas que asse-

O relatório do BAD sublinha que África pode realmente ser a próxima fronteira do investimento, equacionando três opções para a comunidade financeira internacional para resolver o excesso da poupança.



gurem que o crescimento económico se reflecta na criação de um número mais elevado de empregos de qualidade.

O relatório do BAD sublinha que África pode realmente ser a próxima fronteira do investimento, equacionando três opções para a comunidade financeira internacional para resolver o excesso da poupança: adopção de uma política de taxas de juro reais mais negativas nos países de rendimento elevado; utilização do excesso de poupança para financiar o investimento público nos países ricos, e a facilitação do fluxo de capital para os países em desenvolvimento.

Mas o problema não se afigura de fácil e rápida solução, quando as estimativas apontam para necessidades de investimento em infra-estruturas na ordem dos 130 a 170 mil milhões de dólares por ano.

Para Abebe Shimeles, director interino do departamento de Políticas Macroeconómicas, Pesquisa e Previsões do Banco Africano de Desenvolvimento, o défice de infra-estruturas tem sido um problema

permanente na história contemporânea, sendo a sua resolução uma tarefa contínua.

Ainda assim, o BAD sustenta que muitos novos mecanismos de financiamento podem ser implementados em todos os países africanos, tendo em consideração as circunstâncias económicas específicas e as estruturas produtivas das economias nacionais.

Os países africanos são igualmente chamados a promover uma melhor alavancagem dos fundos públicos e dos investimentos em infra-estruturas, na mesma medida em que encorajam a participação do sector privado. Shimeles acredita que “os diferentes níveis de desenvolvimento dos países africanos significam que as abordagens de políticas precisam de ser específicas por cada país e o acesso universal a infra-estruturas de alta qualidade será provavelmente um objectivo de longo prazo”.

Considera-se essencial definir objectivos estratégicos, pois a experiência tem demonstrado que

as tentativas para alcançar metas de desenvolvimento com recursos limitados tem conduzido vários governos a práticas extremamente despesistas em muitos projectos dispersos, com baixo retorno económico, trazendo pouco impulso ao crescimento industrial e à criação de empregos.

De qualquer modo, os países africanos não podem nem devem resolver todos os seus problemas de infra-estruturas, sem antes atingir um crescimento inclusivo e sustentado, considera o relatório do BAD.

Ao invés disso, os países africanos deverão focalizar-se no modo como melhorar o uso dos escasos orçamentos para infra-estruturas, visando alcançar níveis mais elevados de retorno económico e social. Neste âmbito, o BAD sugere no seu relatório a criação de parques industriais.

O relatório Visão Económica de África em 2018 apela igualmente para a promoção de infra-estruturas nas zonas económicas especiais e parques industriais, com a mobilização de recursos domésticos através de subsídios bem dirigidos e uma colecta rigorosa de taxas na utilização de tecnologia.

Recomenda-se ainda que os países africanos atraiam mais financiamento privado para projectos de infra-estruturas, com enfoque na mitigação de riscos, criação de uma classe de activos em infra-estruturas para atrair investidores institucionais, escolhendo instrumentos de financiamento adequados para desenvolver as infra-estruturas.

Recorde-se que o African Economic Outlook (AEO), produzido anualmente pelo BAD, apresenta previsões de curto e médio prazos sobre a evolução dos indicadores macroeconómicos de todos os 54 países membros, assim como uma análise dos desafios socioeconómicos e dos progressos ocorridos em cada país.

Como sublinhou Celestin Monga, economista-chefe e vice-presidente do BAD para a Governação Económica e Gestão de Conhecimento, este relatório, que ainda em Janeiro tinha sido apresentado antecipadamente aos decisores políticos para reflectirem em tempo útil sobre as recomendações em matéria de planeamento e transformação, mais do que os números do PIB registados, apela a mudanças estruturais em África.

PUB

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call centre

(+244) 947 992 828

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Mercados & Finanças

NO BALANÇO NÃO AUDITADO DE 2017

BFA corta 17,2% no crédito, mas encaixa lucro de 416,4 milhões USD

BANCA. Resultados não auditados relativos a 2017 revelam avanço de 12,1% no lucro da mais rentável instituição financeira nacional, apesar do corte no crédito e aumento dos custos operacionais. Crédito em situação irregular chegou aos 6,3%. Contas do balanço consolidadas pelo segundo ano consecutivo em Luanda.

Por Nelson Rodrigues

A

carteira de crédito do Banco de Fomento Angola (BFA) caiu, de Janeiro a Dezembro do ano passado,

17,2% comparativamente ao exercício de 2016, o que não impediu a entidade de fechar o balanço positivo com lucros de 416,4 milhões de dólares, de acordo com os resultados preliminares não auditados da instituição a que o VALOR teve acesso.

O banco não justifica a razão da contracção no crédito em 2017, mas os indicadores de 6,3% de crédito vencido do total de empréstimos concedidos e 144,3% para a cobertura de crédito vencido por provisões explicam a 'cautela' da entidade para o risco do malparado.

Apesar disto, a instituição conseguiu, no período, um rácio de transformação de depósitos em crédito de 20,2%, além de ter visto o número de clientes aumentar 11%, ou seja, mais 167 mil, totalizando, assim, 1.742.703, até 31 de Dezem-

bro do ano passado.

A contribuírem para o resultado líquido positivo de 416,4 milhões de dólares está o crescimento da margem financeira em 59,6%, e o aumento das comissões líquidas em cerca de 40%.

Para o avanço nos lucros, contribuíram ainda o produto bancário, o rácio 'cost-to-income' (custo face aos proveitos) e os recursos de clientes, que evoluíram 34,6%, 24,4% e 3,5%, respectivamente, apesar de ter havido aumento nos custos operacionais de 7,9%.

"O BFA obteve resultados líquidos de 416,4 milhões de dólares no exercício de 2017, o que corresponde a um aumento de 12,1% face aos 371,2 milhões de dólares registados no exercício de 2016", escreve o banco participado em 48,1% pelo congénere português BPI e liderado em Luanda por Mário Leite da Silva.

Esta é a segunda vez que as contas de balanço do BFA são consolidadas em Luanda, por conta do domínio pelos angolanos da Unitel, desde 2016, da maior parte das acções do banco (51,9%), apesar de a operação apenas ter sido formalizada em Janeiro do ano passado.

Desde 2012, é a sétima vez que o banco apresenta balanço positivo consecutivamente e os maiores de

toda a banca comercial, indicadores que colocam a entidade controlada pela Unitel na primeira posição do ranking dos cinco maiores bancos angolanos medidos pelos lucros (ver evolução no gráfico).

ELECTRÓNICOS ENGORDAM
A acompanhar o ritmo dos clientes – que fecharam 2017 nos 1,7 milhões – estão os cartões electrónicos 'Multicaixa', com um aumento de 20%, para 1.342.194 cartões, até finais do ano passado. De acordo com o banco, o valor corresponde a uma quota de mercado de 23% de todo o sistema bancário.

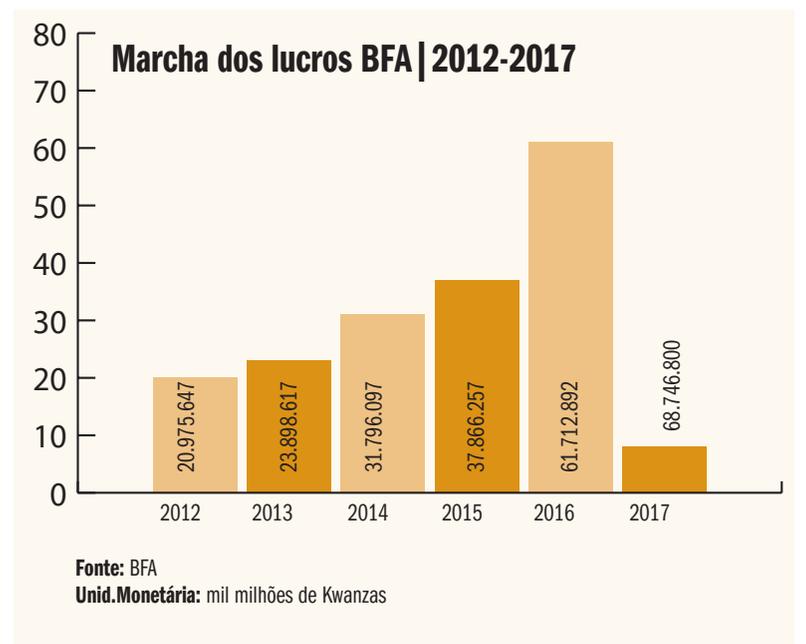
Também houve avanço no 'Return On Equity' – ROE –, o rácio que mede o retorno do dinheiro investido pelos accionistas no banco, que se situou, até 31 de Dezembro, nos 35,4%, além dos 43,4% no rácio de solvabilidade regulamentar, indicadores "significativamente acima do limite mínimo de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola", sublinha o conselho de administração, no documento que sintetiza as operações do BFA de Janeiro a 31 de Dezembro do ano passado.

BPI REDUZ EXPOSIÇÃO

Apesar de os angolanos terem actualmente o controlo do banco e fecharem as contas do BFA em



Mário Mujiques © VE



Luanda, persistem as pressões para a redução de exposição do BPI ao banco angolano, uma exigência do Banco Central Europeu (BCE) a qual a administração dos bancos garantiram observar.

"Temos uma recomendação do BCE para reduzir a participação, a intenção é reduzir (...). Não diz [o BCE] até que número [a participação deve ser reduzida], diz que deve ser inferior a 48%", recordou Pablo Forero, o gestor a quem o Caixa-Bank escolheu para liderar o BPI,

durante a conferência de imprensa de apresentação dos resultados de 2017 do BPI, em Lisboa, no início do ano.

O banco angolano, que tem Isabel dos Santos no 'board', foi o grande responsável dos lucros do BPI. Com a redução da exposição, e fecho de contas em Luanda, os lucros do banco português, agora sob domínio dos espanhóis do CaixaBank, caíram para 10,2 milhões de euros no ano passado, face aos 313,2 milhões de 2016.



O MINISTÉRIO DAS FINANÇAS e o Banco Mundial (BM) assinaram, no dia 7, em Luanda, um acordo de financiamento de 70 milhões de dólares, para apoiar a administração local.



O BANCO Nacional de Angola (BNA) revogou, na semana passada, a autorização para o exercício da atividade de câmbios à empresa Mere Halima - Casa de Câmbio, pela “prática de diversas infrações, simples e graves, consubstanciadas no incumprimento reiterado das normas regulamentares em vigor”.

COM A VENDA DE 225,6 MILHÕES USD, NA SEGUNDA SEMANA DE FEVEREIRO

BNA ‘anuncia’ regresso do dólar em leilão exclusivo a cartas de crédito

DIVISAS. Leilão inaugural de Fevereiro coloca divisas para cobrir exclusivamente cartas de créditos, para compras diversas, numa semana em que o banco central assume ter vendido dólar. Relatório não identifica bancos beneficiários dos primeiros dólares do ano.

Por Nelson Rodrigues



Banco Nacional de Angola (BNA) vendeu, na semana passada, 225,6 milhões de dólares para coberturas de cartas de créditos, num leilão marcado com o regresso da moeda norte-americana, o dólar, ao mercado de câmbio, quase dois anos depois de afastada das operações cambiais por força da crise.

De acordo com a nota do banco central que resume o leilão, o montante foi todo canalizado para coberturas de cartas de créditos, “com o objectivo de assegurar a importação de matéria-prima, peças e equipamentos para a indústria transformadora, incluindo alimentar e bebidas e prestação de serviço ao sector petrolífero”.

As sessões anteriores, precisamente de todo o mês de Janeiro, foram feitas em euro. Aliás, foi assim durante quase dois anos, a contar desde o segundo semestre de 2015.

Só em 2017, nenhum dólar saiu dos leilões ou das vendas directas, sendo que as operações do mercado oficial foram todas em euro. Nesta sessão de 7 de Fevereiro, assim como nas anteriores, a justificação foi a escassez de moeda estrangeira, sobretudo o dinheiro dos EUA, que, desde 2014, deixou de entrar no país, devido à crise do petróleo e ao corte nas relações com os correspondentes bancários (ver gráfico).

É também o desaparecimento do dólar que forçou o BNA a trocar a moeda como referência para todas



José Massano,
governador
do BNA

as operações do mercado oficial de câmbio, passando as conversões pela nova cotação base kwana/euro, de acordo com o próprio banco central que anunciou a medida no primeiro

comunicado de leilões de divisas com taxas flutuantes.

Com esta alteração, o banco central confirmava, assim, o desaparecimento do dólar nas operações de



Data que se procedeu ao ajuste da sua tabela de câmbios de referência.

câmbio e nos leilões oficiais de divisas, ao deitar abaixo o dólar e deixar entrar o euro, em todas as operações de câmbios de referência.

“O Banco Nacional de Angola informa ao público, que no dia 08.01.2018, procedeu ao ajuste da sua tabela de câmbios de referência, de modo a que esta tenha como base a cotação Kwana/EURO, sendo as outras cotações apuradas em função

da taxa de câmbio do EURO/outras moedas”, avisara o regulador, numa medida que saiu da conferência de imprensa promovida pela equipa económica do Governo, que apresentou, no início de Janeiro, o Plano de Estabilização Macroeconómica.

BNA OMITE BENEFICIÁRIOS

Sem mencionar entidades bancárias participantes e beneficiárias dos dólares dessa sessão, o BNA garante ainda que, diferente das sessões passadas, o leilão que reinaugura o regresso do dólar nas operações cambiais “não resultou em qualquer alteração da taxa de câmbio”.

“Para bens alimentares e medicamentos, o BNA mantém ainda o mecanismo de vendas directas por indicação dos organismos de tutela. Para operações privadas (educação, saúde, viagens e salários de expatriados), a venda de divisas mantém-se por alocação aos bancos comerciais em função da sua quota de mercado no segmento de particulares”, lê-se numa nota do banco central, que antevê o próximo leilão para esta segunda-feira, 12.

DÓLAR SÓ COM EXPORTAÇÃO

Apesar de a nota do último leilão não trazer anexadas explicações do regresso do dólar, o governador do BNA tinha antecipado, no entanto, que o regresso da moeda seria ditada pelo aumento da produção e exportação nacional, assim como pela redução da importação.

“Mais divisas para o país, temos de exportar mais. Ou aquilo que exportamos tem de ter um preço mais alto. Ou temos a condição de importar menos”, apontara o governador, para quem as divisas “não dependem apenas da inexistência de correspondentes bancários”.

A ‘fuga’ do dólar do mercado cambial nacional (fazer tabela)

	2017		2016	
	USD	EURO	USD	EURO
Janeiro	0,00	1 938 078 401,68	493 221 552,25	0,00
Fevereiro	0,00	714 273 582,99	227 342 339,50	462 954 010,06
Março	0,00	1 962 615 827,27	0,00	492 301 210,68
Abril	0,00	729 938 480,66	100 000 000,00	613 721 834,55
Maior	0,00	585 477 158,20	1 870 562,97	545 714 545,20
Junho	0,00	907 619 987,46	0,00	619 925 834,36
Julho	0,00	847 085 274,61	0,00	947 986 040,28
Agosto	0,00	1 003 214 970,89	0,00	1 180 954 367,58
Setembro	0,00	384 142 463,70	0,00	1 111 805 709,45
Outubro	0,00	544 720 278,90	9 588 075,00	963 340 763,47
Novembro	0,00	702 443 630,13	0,00	993 708 388,71
Dezembro	0,00	892 000 000,00	0,00	1 329 852 735,80
TOTAL	0,00	11.211.610.056	832 022 529,72	9 262 265 440,15

Fonte: BNA | Mapa consolidado de vendas de divisas.

Empresas & Negócios

CINCO ANOS DEPOIS

Direitos de concessionária da Sonangol voltam a emagrecer

SECTOR PETROLÍFERO. Depois de passar de 10% para 7%, o percentual a que a petrolífera tem direito, enquanto concessionária, passa para 5%. As opiniões divergem, havendo quem defenda a extinção definitiva da taxa.

Por Isabel Dinis

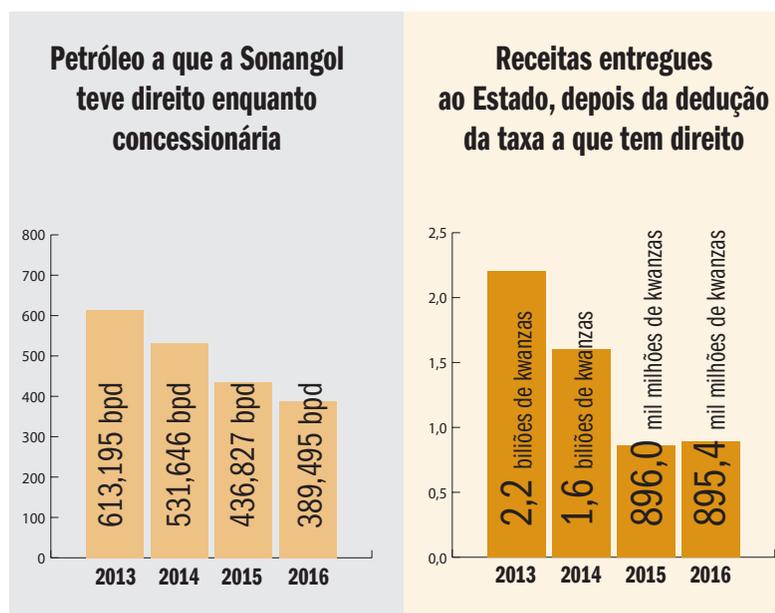
A Sonangol volta a ver reduzido o percentual a que tem direito pela actividade de concessionária, passando de 7% para 5%, segundo as recomendações decorrentes da apreciação do Orçamento Geral do Estado para 2018.

Assim, a petrolífera sofre a segunda redução nas receitas a que

tem direito, depois de, em 2013, passar de 10% para 7%. A redução tem diversas opiniões com uma corrente a defender ser prejudicial para a empresa e uma segunda a considerá-la justa.

“Os 5%, ao contrário do que pensa a maioria das pessoas, são somente para a gestão da função concessionária que são cerca de 650 pessoas. A Sonangol tem cerca de 8.500 trabalhadores dos quais somente 650 são da concessionária”, explica um alto funcionário da Sonangol que se coloca a favor da corrente que considera “justa” a posição.

Esta corrente entende que as



Fonte: Relatório e Contas Sonangol

personas que defendem a continuidade dos 7% acreditam que a Sonangol continuará a acumular as várias actividades que desempenha actualmente. Ou seja, não acredita na reestruturação que se perspectiva e que deverá separar a activi-

dade da concessionária.

“É natural esta forma de pensar porque esta percentagem que inicialmente era de 10% e depois 7% e agora 5% foi utilizada não só para a gestão da função concessionária como para investir noutras áreas e

até mesmo cobrir as ineficiências da empresa. No universo empresarial da Sonangol, existem muitas empresas deficitárias e, infelizmente, essa taxa cobre também estes buracos.”

Existe, entretanto, uma terceira corrente que defende a extinção deste percentual.

“Num sistema ideal a Sonangol ou a concessionária deveria apresentar, anualmente, quanto o custo da gestão da concessionária e submeter ao Executivo que, por sua vez, disponibilizaria a verba, em vez, de uma percentagem fixa.

Seria mais transparente, daí a grande importância da separação entre os negócios da Sonangol e a função concessionária, o Estado só ganharia. Mas claramente é necessário que se tenha coragem para avançar para a reestruturação do sector”, observa um analista do sector petrolífero.

Segundo o acordo de partilha, a Sonangol, enquanto concessionária, reparte com os grupos empreiteiros 50% da produção.

POR CAUSA DA CRISE

Sistec despediu 700 trabalhadores

A empresa de distribuição e representação de produtos tecnológicos, Sistec, despediu cerca de 700 trabalhadores por causa da crise e pode voltar a reduzir mais este ano, revelou o presidente do seu conselho de administração, Rui Santos, ao VALOR.

A mais antiga loja de distribuição de produtos tecnológicos em Angola conta actualmente com cerca de 600 trabalhadores. Rui Santos explica que, se os planos da empresa “não se concretizarem, será difícil manter o número actual, mas, se se concretizarem,

ainda pode voltar a admitir outros trabalhadores”.

A empresa, que tinha representações em quase todas as províncias, teve de encerrar as lojas no Uíge, Saurimo, Sumbe, Lunda-Norte. Em Luanda, fecharam as lojas de Viana e do Nosso Centro, no bairro Gamek. Os planos que o grupo tinha de expandir a loja no Namibe foram “abortados”.

Rui Santos lamenta não conseguir comprar produtos suficientes no exterior para repor o ‘stock’ e estima que, desde 2015, a empresa apenas conseguiu fa-

zer a reposição de 10%. As nossas principais dificuldades têm sido a reposição de produtos e encontrar clientes com capacidade para comprar produtos”, frisa.

A empresa sentiu-se obrigada a “inovar” e a passar a comprar no mercado informal, sobretudo peças de reposição, no interior de Angola.

O homem forte da Sistec refere que estes anos têm sido “complicados” principalmente o 2017. “Foi um ano particularmente complicado porque essencialmente a empresa teve de adop-

tar medidas previstas no plano de contingência e, em termos de vendas, as mesmas mantiveram-se nos níveis do ano anterior embora as margens se tivessem reduzido devido à grande incapacidade de reposição de stocks.”

A empresa, segundo o gestor, tem apenas dívidas com dois fornecedores estrangeiros com quem assumiu compromissos em 2014 que “foram apanhados pela crise”, mas garante “não dever nada ao Estado e a todos os fornecedores e bancos nacionais”.

O grupo é abastecido normal-

mente por países como a China, Portugal, Alemanha, Itália e África do Sul. Apesar das dificuldades, Rui Santos refere que a “crise mostrou o verdadeiro tamanho do mercado angolano.” “Angola estava a viver uma euforia que não tinha realmente a ver com o tamanho real do mercado.”

A Sistec tinha 24 lojas em 12 províncias. A empresa existe há 25 anos e está voltada para a venda de electrodomésticos, meios informáticos e tecnologias de informação.

Isabel Dinis



O CONSTRUTOR automóvel brasileiro Marcopolo anunciou a entrega de 34 unidades do autocarro do modelo Viaggio 1050 à Macon. Os veículos são parte de um programa de renovação da frota da operadora.



A REFRIANGO reduziu o destino das suas exportações de 20 países até 2014, para 10 países actualmente. Ao VE, o administrador da empresa, Estêvão Daniel, justificou a redução com a escassez de divisas para a aquisição das matérias-primas.

SUBSIDIÁRIA DA SONANGOL QUER RENOVAR A FROTA

Sonair vende aviões

AVIAÇÃO. Companhia está a negociar a venda da frota de aviões de B-1900 com operadoras privadas. Pelo menos, dois aparelhos já foram vendidos à Air Jet.



Por Valdimiro Dias

A Sonair, subsidiária da Sonangol vocacionada para a prestação de serviços aéreos, está a negociar a venda de aviões da frota B-1900, com operadoras privadas.

Segundo apurou o VALOR, uma das primeiras vendas foi feita à operadora aérea Air Jet que adquiriu dois aparelhos. Mas o director comercial da Air Jet explica que os meios ainda não foram entregues, estando a empresa a aguardar pelo cumprimento de “burocracias administrativas” por parte da Sonangol.

Estêvão Simba desconhece os meandros das negociações e as modalidades de pagamento, afirmando apenas que o negócio foi “firmado ao mais alto escalão”.

Para a Air Jet, a aquisição de dois novos aparelhos pode constituir um certo alívio. A companhia debate-se com constrangimentos operacionais, possui uma frota de apenas oito aeronaves, do tipo Embraer 120 (2), B200 (4) e Jetstream (2). Parte encontra-se paralisada na África do Sul, onde os

45

Mil milhões de Kwanzas total da facturação da Sonair em 2016.

aviões foram levados para manutenção, mas não regressaram por falta de divisas para o pagamento.

A Sonair, por sua vez, não confirma o negócio nem avança o número exacto de aviões que pretende despachar muito menos o valor

de cada unidade. Mas fonte ligada ao processo detalhou que a operação poderá estar relacionada com a necessidade da renovação da frota da companhia detida pela petrolífera pública.

Com 50 aparelhos, 27 dos quais helicópteros, a Sonair transporta uma média de 20 mil passageiros por ano. E os seus aviões de fabrico norte-americano têm capacidade para transportar 19 passageiros, sendo utilizados em voos comerciais e privados.

Até ao fecho desta edição, a administração da Sonangol não tinha respondido às solicitações do VALOR.

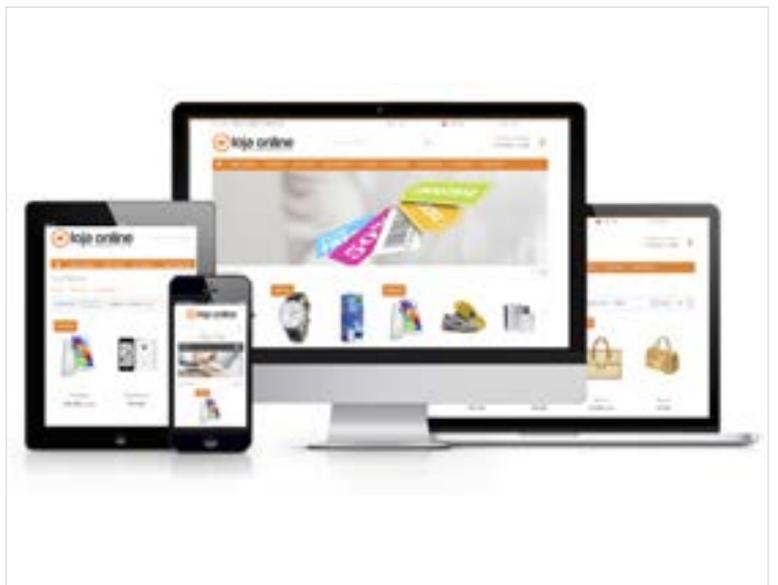
QUEDA DE RECEITAS

De acordo com o relatório e contas da Sonangol, em 2016, a Sonair voou cerca de 20 mil horas, repartidas em 10 mil no segmento de ‘Asa Rotativa’ (helicópteros) e 10 mil no segmento de ‘Asa Fixa’ (aviões). Teve uma redução de 47% comparativamente a 2015, que teve um impacto “relevante” nas receitas de aluguer de aeronaves, que sofreram uma redução de 74 mil milhões para os 45 mil milhões de kwanzas.

Para a queda de receitas, contribuiu ainda o acidente, em Abril de 2016, na Noruega, que resultou na paragem mundial das aeronaves de tipo Super Puma (H225 e L2), que representam mais de 60% da frota de Asa Rotativa da Sonair. O acidente afectou a capacidade de prestação de serviços às operadoras petrolíferas, que dependiam deste meio para o transporte de tripulações para as plataformas offshore.

Além disso, o documento ressalta que a diminuição da actividade do sector petrolífero, que afectou de forma particular a operação do Houston Express, impactou negativamente a operação ‘Asa Fixa’, sendo que, no âmbito do programa ‘Sonelight’, foram tomadas medidas de aumento de eficiência para defender e minimizar o impacto na rentabilidade da operação.

A Sonair é detentora de uma vasta experiência na aviação no sector petrolífero desde 1979. É a única a fazer a ligação entre Angola e EUA, com voo directo de Luanda para Houston.



O cliente no centro das organizações



Ana Salcedas*

potencial de impacto no sector financeiro, levam a que as empresas tenham cada vez mais de assegurar um acompanhamento próximo dos seus clientes, assegurando-se que estes têm acesso a toda a informação de que necessitam e de que existe consistência na forma como interagem com os produtos da marca em todos os canais – das lojas tradicionais às lojas online.

No caso do sector financeiro, é essencial que os canais online assegurem segurança, ao mesmo tempo que proporcionam uma excepcional experiência de cliente. Também nos negócios de ‘business to business’ é cada vez mais importante manter um acompanhamento regular dos clientes.

Para muitas empresas, a ambição passa agora por usar informação histórica para antecipar os padrões de consumo e de lançar promoções e campanhas adaptadas/costumizadas que permitam assegurar a fidelização de clientes.

A utilização de analytics permite uma maior sofisticação destas metodologias, evoluindo-se do acompanhamento de segmentos de clientes para a possibilidade de fazer um acompanhamento personalizado de cada cliente, com mensagens de marketing e campanhas baseadas nos seus padrões de consumo pessoais.

Uma tendência que se observa no mercado global é o aumento do poder do consumidor, impulsionado pela revolução digital, que está a levar à emergência de novos modelos de negócio e à disrupção das empresas que não se conseguem adaptar, em períodos de tempo antes impensáveis.

A ubiquidade dos smartphones leva a que cada vez mais seja normal para o consumidor querer interagir com as empresas em qualquer lugar e a qualquer hora.

Por outro lado, a velocidade de acesso à informação leva a que os consumidores sejam cada vez mais permeáveis a ofertas dos concorrentes ou que tomem decisões de compra baseadas na informação que obtém online, ficando menos dependentes dos modelos de retalho tradicionais.

Estas tendências, com grande

*Financial Services Leader, EY

(In)formalizando

PROJECTO DE COMBATE À FOME

Camponeses apostam no cultivo de mandioca em Benguela

Pelo menos sete toneladas de estacas de mandioca estão a ser distribuídas às famílias camponesas no município de Caimbambo, 116 quilómetros a Sul da cidade de Benguela, para combater a fome causada pela estiagem que assola a região.

O objectivo é incrementar o cultivo da mandioca de crescimento rápido para assegurar a produção alimentar das populações, reduzindo assim a fome e a pobreza, disse à Angop o administrador municipal, José Cambiente.

Esta experiência-piloto, sob coordenação do sector da agricultura e desenvolvimento rural, contemplou uma área de 15 hectares com a plantação de estacas de mandioca distribuídas às comunidades nas comunas, aldeias e povoações de Caimbambo.

O programa abrange as famílias camponesas mais afectadas pela falta prolongada de chuvas, de forma

a protegê-las da fome, num quadro, agravado ainda mais, pelo facto de a campanha agrícola estar comprometida em Caimbambo.

Com a implementação deste programa denominado “Multiplicação da Mandioca”, cujas estacas constituem uma doação da Associação da Hanha, no município do Cubal, prevêem-se resultados positivos.

Entretanto, os exemplos das autoridades de Caimbambo estão a ser replicados no vizinho município do Chongoroi, onde oito mil e 900 estacas de mandioca estão a ser entregues a famílias camponesas dentro da estratégia de luta contra a fome resultante da estiagem que devasta a região nos últimos meses.

Neste município (Chongoroi), o programa de cultivo de mandioca arrancou com três mil plantas, numa área de 15 hectares, sendo beneficiários na primeira fase 25 famílias localizadas na comuna do Sanje, apontadas como as mais vulneráveis.

A campanha de plantação das

oito mil e 900 estacas de mandioca vai estender-se a outras nove povoações, para fazer face às consequências da estiagem.

A administradora municipal do Chongorói, Idalina Carlos, referiu que o cultivo da mandioca deverá chegar às povoações sem chuvas regulares há vários meses tais como Vandome 2, Hanha Primária, Hanha Mulai, Chiriu, Bolonguera, Chitembo e Canchivirite.

Entretanto, a diretora do gabinete provincial da acção social em Benguela, Leonor Fundanga, informou que sete mil famílias de diferentes povoações de Caimbambo e Chongoroi clamam por apoios em alimentos e medicamentos devido à fome e à mal-nutrição que enfrentam desde Outubro último.

A responsável considera preocupante a actual situação e teme mesmo o aumento da fome no seio das famílias camponesas que viram comprometida a primeira época agrícola com o surgimento de pragas e a morte de centenas de cabeças de gado bovino.



João Ernesto dos Santos,
ministro dos Antigos
Combatentes



ANTIGOS COMPATENTES

Combatentes criam cooperativas agrícolas

O Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria prevê, ainda este ano, criar cooperativas agrícolas de referência em todo o país com o objectivo de contribuir para o aumento da produção alimentar, segundo o titular da pasta, João Ernesto dos Santos.

“Queremos, com esta iniciativa, incentivar os apoios financeiros e materiais quer por parte dos governos provinciais, quer da classe empresarial, para que estas cooperativas produzam em

grande escala e contribuam para a auto-suficiência alimentar e, posteriormente, a sua exportação”, disse o governante à margem de uma visita que realizou no dia 9 na Província da Lunda-Sul. Acrescentou que projecto será analisado no conselho consultivo alargado do Ministério que se vai realizar em Março.

Além da criação das cooperativas de referência, o Ministério está a trabalhar no sentido de legalizar as 311 existentes para que possam exercer as suas actividades de forma organizada. O Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria controla, a nível do país, um total de 160 mil assistidos.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIVOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Estrada das Terras Verdes
 km 1 Caope Velha Funda - Cacuaco – Luanda
 Escritório: (+244) 928 981 644
 comercial@concerangola.co.ao | www.concerangola.co.ao

DE JURE

JURISTAS DIVERGEM SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI

Repatriamento de capitais ilícitos à espera da aprovação do Parlamento

PROPOSTA DE LEI. Possibilidade de os detentores de capitais desviados serem membros do partido no poder deixa jurista céptico sobre a aplicabilidade da futura lei.

Por António Miguel

A proposta de Lei de Repatriamento de Capitais encontra-se já na Assembleia Nacional para discussão e aprovação do diploma, que, em seguida, deverá entrar em vigência. O Governo, que pretende reaver dinheiros públicos desviados para o exterior, espera celeridade na apreciação do documento por parte dos deputados.

Entretanto, os juristas Vicente Pongolola e Pedro Kaparakata divergem em relação à aplicabilidade da futura Lei de Repatriamento de Capitais. Para o primeiro, o projecto terá sucesso, enquanto o último acha que o diploma corre o risco de se transformar em ‘lei morta’.

Pedro Kaparakata, que se mostra céptico à intenção governamental, argumenta que “provavelmente todas as pessoas envolvidas são ex-governantes e membros do partido que suporta o Governo, sendo que esse facto, por si só, já dificulta a aplicação da lei”.

O jurista alertou para a possibilidade de os capitais públicos desviados estarem já investidos em negócios “bem-sucedidos” no exterior, o que poderá dificultar

ainda mais a pretensão de os repatriar. “A Lei angolana pode entrar em conflito com o ordenamento jurídico de França, por exemplo, no que toca ao repatriamento de capitais, caso esse dinheiro esteja investido”, explica.

Por outro lado, Pedro Kaparakata afirma que, além da elaboração do diploma, o Governo devia já identificar os indivíduos que estejam nesta situação e notificá-los, sem esquecer a responsabilização criminal dos envolvidos. “Aí é que teríamos, de facto, um combate ao desvio de capitais públicos”, afirma.

No entanto, o jurista Vicente Pongolola discorda da opinião do seu colega de profissão, afirman-

do que a futura Lei “tem tudo para funcionar”, tendo em conta “as boas relações de cooperação que Angola tem com diferentes Estados”.

“Actualmente, o mundo está atento à circulação de capitais, em função dos perigos que existem no que toca ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo”, observa. Aliás, continua o jurista, já há países que, há anos, têm estado a condicionar a movimentação desses valores, por ausência de explicações da sua origem. “Por isso, não acho que será difícil reaver esse dinheiro.”

Em relação à não responsabilização criminal, Vicente Pongolola vê com ‘bons olhos’ a medida do Governo e entende que se trata de uma “amnistia financeira ou económica” para incentivar os indivíduos envolvidos a repatriar, de forma pacífica e dentro dos prazos legais. “Porque o mais importante agora é recuperar os dinheiros, de que o país precisa muito.”

Aprovado em Conselho de Ministros, na semana passada, a pro-

180

dias é o prazo proposto para o regresso de capitais angolanos desviados para o exterior.

posta de Lei visa permitir que os cidadãos nacionais residentes e as empresas com sede no país e que tenham recursos financeiros no exterior possam, voluntariamente, repatriá-los para serem investidos em Angola.

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, explicou que a proposta de Lei cria um conjunto de incentivos para que esses recursos possam ser livremente repatriados. O dispositivo legal deverá criar também instrumentos para, no caso de recursos ilícitos retidos no exterior do país, possam ser igualmente retornados, tendo-se concedido um período

de 180 dias para que esse processo aconteça, sem que, por parte das autoridades, seja exercido qualquer poder criminal, judicial ou de qualquer outra natureza.

“Concluído o período de 180 dias, e naqueles casos de recursos ilícitos se mantenha no exterior do país, as autoridades vão então fazer recurso a todos os meios que têm à sua disposição para, nos termos da lei, assegurarem o seu repatriamento para o território nacional e serem integrados na nossa economia e apoiarem o esforço de desenvolvimento”, avisou o governador do BNA.

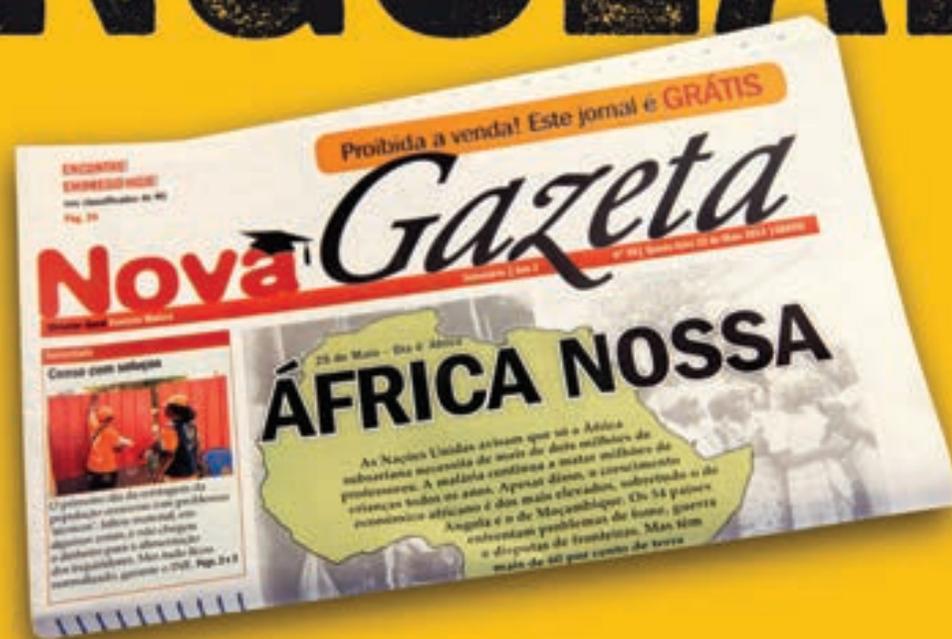
Em relação aos capitais lícitos, Massano frisou que “o processo é voluntário” e quem tem recursos no exterior e os queira trazer pode fazê-lo livremente. “Durante os primeiros 180 dias de vigência da lei, quer sejam os recursos de forma lícita como de forma ilícita, não será feito qualquer questionamento, posteriormente volta-se ao quadro de normalidade, no âmbito das regras de ‘compliance’ que serão aplicadas”, observou.



Deputados na Assembleia Nacional

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

Gestão



AMAZON DESTRONA GOOGLE E APPLE

Da garagem à marca mais valiosa do mundo

DISTINÇÃO. Amazon ultrapassou no Google e a Apple e tornou-se na marca mais valiosa do mundo em 2018, indica o mais recente estudo, elaborado pela consultora internacional Brand Finance.

Por Redação*

O valor da 'gigante' do comércio electrónico, que foi criada numa garagem, cresceu 42% face a 2017 ao alcançar 150,811 mil milhões de dólares, segundo o estudo da consultora Brand Finance, uma distinção que catapultou a marca como a mais valiosa do mundo em 2018, relegando para posições inferiores 'colossos' como a Apple e o Google.

A Apple manteve-se em segundo lugar, assumindo uma posição correspondente a 146,311 mil milhões de dólares. Enquanto isso, o Google caiu para a terceira posição, mesmo com o crescimento de 10%, para 120,911 mil milhões

de dólares, de acordo com o estudo da Brand Finance Global 500, que reúne as 500 marcas mais importantes do mundo.

A coreana Samsung, a primeira marca fora dos EUA na lista, vem em quarto lugar, com 92,289 mil milhões de dólares, seguida pelo Facebook, com 89,684 mil milhões, que saiu da nona posição, em 2017, para o quinto lugar no 'ranking' deste ano. "Pela primeira vez, no estudo Brand Finance Global 500, as marcas de tecnologia dominam todas as cinco primeiras posições da liga. Samsung e Facebook registaram expressivos crescimentos no valor das marcas, de 39% e 45%, respectivamente, ultrapassando a AT&T", aponta o estudo, destacando ainda que "a mudança no topo é reflexo de uma tendência global mais ampla já que as marcas do sector de tecnologia hoje são mais de duas vezes o valor das telecoms".

150,8

Mil milhões de dólares é quanto valorizou a Amazon no mercado, segundo a consultora internacional Brand Finance.

MEMORIZE

- A Amazon foi criada, em 1996, pelo 'mega investidor' Jeff Bezos, em Seattle, EUA, na garagem da sua residência. Na altura, o agora multimilionário começou por vender livros online, levando pessoalmente os pacotes ao correio no seu correio.

Além da Samsung, o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) é a única marca fora dos EUA a marcar presença entre as 10 de maior valor. Das 20 maiores

marcas, seis são da China e nove são dos EUA.

O 'SEGREDO' DA AMAZON

A Amazon, que este ano chega ao título de marca mais valiosa do mundo, segundo a avaliação da Brand Finance, é liderada pelo carismático 'mega investidor' Jeff Bezos, também ele considerado recentemente como o homem mais rico do mundo pela Forbes.

Jeff Bezos viu a sua fortuna crescer 2,8 mil milhões de dólares, a 23 de Janeiro, quando as acções da 'gigante' do 'e-commerce' subiram 2,5%, um dia depois do lançamento de sua primeira loja sem caixa.

O multimilionário, que, segundo a Forbes, ostenta agora um património líquido de 113,5 mil milhões de dólares, leva agora uma significativa vantagem em relação aos seus adversários mais directos, nomeadamente Bill Gates e Warren Buffett, que possuem fortunas avaliadas em

92,5 mil milhões de dólares e 92,3 mil milhões, respectivamente.

A maior parte da riqueza da Bezos, segundo a Forbes, vem de sua participação de 16% na Amazon que é, actualmente, considerada como uma das empresas mais valiosas do mundo, activa em computação de nuvem, 'streaming online' e dispositivos inteligentes.

Bezos começou a carreira em Wall Street, onde trabalhou para o famoso fundo D.E. Shaw depois de se formar em ciência da computação e engenharia eléctrica em Princeton. Depois de ser promovido algumas vezes no D.E. Shaw, Jeff Bezos demitiu-se e mudou-se para Seattle, nos EUA, em 1994. Então, fundou a Amazon na garagem de casa e começou a vender livros online, levando pessoalmente os pacotes ao correio no seu carro Chevrolet Blazer 1987.

*Fonte: Época Negócios

Crescimento inclusivo ou outro crescimento



SERGEI GURIEV



JONATHAN D. OSTRY



DANNY LEIPZIGER

A tarefa dos políticos é garantir que os mais desfavorecidos também tenham oportunidades de sucesso numa economia moderna, projectando todas as reformas com o objectivo de melhorar a distribuição dos benefícios. Caso contrário, as reformas pró-crescimento perderão legitimidade política, permitindo que forças destrutivas nacionalistas, nativistas e proteccionistas continuem a ganhar força e assim prejudiquem o crescimento a médio e longo prazos.

Os participantes, na reunião do Fórum Económico Mundial deste ano, em Davos, na Suíça, não colocaram em questão os fundamentos básicos para o crescimento da economia global de hoje: mercados livres, boa governança e investimento em capital humano e infra-estruturas. Mas criticaram a forma injusta como os benefícios do crescimento estão a ser distribuídos. E com razão: sem uma forte resposta política para construir um modelo de crescimento mais inclusivo, o crescente populismo e o nacionalismo económico vão prejudicar o funcionamento dos mercados e a estabilidade macroeconómica no geral - reduzindo potencialmente a actual recuperação global.

Praticamente, todas as políticas económicas têm impacto tanto nos rendimentos como na sua distribuição. Algumas reformas - como as que promovem a imparcialidade e a eficiência das instituições jurídicas - são boas para o crescimento e a equidade (neste caso, apenas em relação à igualdade de oportunidades). Os resultados de incidência para a desregulamentação dos mercados do produto e do trabalho são mais variáveis, possivelmente como resultado das limitações de dados e das circunstâncias específicas de cada reforma.

Em contrapartida, na desregulamentação financeira e na liberalização dos fluxos de capital internacionais, existem compensações claras de equidade e eficiência: impulsionam o crescimento, mas também tendem a aumentar a desigualdade. A evidência aponta numa direcção similar para algumas medidas destinadas a liberalizar transacções por conta corrente (comércio de bens e serviços).

Essas descobertas não são surpresas: é bem sabido que a rápida mudança tecnológica e a globalização contribuíram brutalmente

para a criação de economias vencedoras, que acumulam uma parcela desproporcional dos benefícios do crescimento.

A tarefa dos políticos é garantir que os mais desfavorecidos também tenham oportunidades de sucesso numa economia moderna, projectando todas as reformas com o objectivo de melhorar a distribuição dos benefícios. Caso contrário, as reformas pró-crescimento perderão legitimidade política, permitindo que forças destrutivas nacionalistas, nativistas e proteccionistas continuem a ganhar força e assim prejudiquem o crescimento a médio e longo prazos.

A chave para o sucesso passa por tomar medidas preventivas, ao invés de se aplicarem apenas medidas para melhorar. Isso significa projectar pacotes de políticas coerentes que incorporem os efeitos distributivos das medidas da oferta e que visem criar um melhor equilíbrio entre vencedores e perdedores. No nosso trabalho para o Conselho Mundial de Futuro Global sobre Progresso Económico, produzimos uma lista de acções concretas.

A primeira área crítica é a criação de capacidades, a actualização dessas capacidades e a deslocalização do trabalho. A globalização e a chamada Quarta Revolução Industrial aumentaram o ritmo de mudanças nos mercados de trabalho, contribuindo para a mobilidade. As políticas públicas têm um papel a desempenhar, não só no fornecimento de uma 'almofada' para os trabalhadores em transição, através dos rendimentos, mas também na criação de incentivos e oportunidades de aquisição de capacidades.

Para o efeito, os governos devem impulsionar o investimento na aprendizagem ao longo da vida com a reciclagem de conhecimentos, tanto no uso de instrumentos de trabalho, como na formação profissional. Por exemplo, os governos podem usar as bases de dados individuais para fornecer bolsas de aprendizagem ao longo da vida profissional dos tra-

balhadores, condicionados a um envolvimento mais forte do sector privado na formação e desenvolvimento de capacidades. Os governos também devem reforçar o fornecimento de aptidões, fortalecendo os incentivos para as instituições educativas para aproveitar o poder da tecnologia digital e dos novos modelos de negócios.

Uma segunda área crítica é a tributação e protecção social. Embora as políticas específicas variem de acordo com os contratos sociais nacionais, a redistribuição - a menos que seja extrema - não traz perdas significativas de eficiência. Além disso, a maior equidade que transporta serve para tornar o crescimento económico mais sustentável, com a redução das fragilidades sistémicas.

Quando se trata de impostos, é fundamental salvaguardar a legitimidade política do modelo de crescimento garantindo que o sistema não seja desviado apenas a favor dos ricos. Além do aumento da tributação de rendimentos e de imóveis, os responsáveis políticos devem prosseguir os esforços de cooperação para impedir a evasão fiscal por parte de empresas, as inversões fiscais e o uso de 'offshores'. As transferências fiscais também devem ser mais bem orientadas, a fim de proteger os grupos mais vulneráveis.

Da mesma forma - e esta é a terceira prioridade crítica da reforma - é necessária uma acção mais agressiva para regular os mercados financeiros, especialmente para evitar o abuso de informações e o branqueamento de capitais e para fechar os centros financeiros ilegais. Também são necessários regulamentos e medidas transfronteiriças para garantir que quem quer correr riscos tenha um custo apropriadamente alto por imprudência. De um modo mais geral, os países precisam de aproveitar as ferramentas à disposição para criar fluxos de capital transfronteiriços, com o objectivo de mitigar o risco de crises financeiras e os seus custos fiscais associados.

A quarta e última prioridade é um esforço mais concertado para assegurar uma concorrência leal e evitar o capitalismo do 'amiguismo'. Garantir um campo de jogo nacional nivelado e uma ordem internacional baseada em regulamentos requer políticas de concorrência efectivas e a aplicação de regras de comércio justo. Seja na indústria, nos serviços ou nos média, as acções 'anti-trust' para evitar a captura de instituições ou indústrias - por alguém poderoso ou pelo Estado - são vitais para apoiar a inclusão.

A reacção contra a globalização - e, em alguns casos, contra o próprio capitalismo - exige políticas económicas que não só tratam de efeitos distributivos problemáticos, como também os antecipam. Isso exigirá uma mudança fundamental na mentalidade, com as empresas e os governos a reconhecerem, finalmente, que o crescimento pode ser sustentável somente se os seus benefícios forem amplamente partilhados.

A decisão de colocar a desigualdade no centro da discussão em Davos foi um desenvolvimento promissor. Mas as soluções reais ainda não são desenvolvidas. Apesar das expressões de angústia sobre o aumento das disparidades económicas em muitos países, as políticas para as enfrentar continuam inadequadas. Isso deve mudar se a recuperação económica actual - a fonte de tanto alívio e esperança em todo o mundo - for para continuar.

Sergei Guriev, economista-chefe do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento

Jonathan D. Ostry vice-director do departamento de pesquisa do FMI.

Danny Leipziger, professor de Relações Internacionais da Universidade George Washington, EUA.

Internacional



COMMONWEALTH Gâmbia regressa

A Gâmbia regressou à Comunidade Britânica, após ter-se retirado em 2013, voltando a aumentar para 53 o número de Estados-membros da organização mais conhecida por Commonwealth.

A decisão de regressar à Comunidade Britânica foi tomada pelo novo presidente, Adama Barrow, e marca o fim das divergências que opunham as políticas do anterior chefe de Estado da Gâmbia, Yahya Jammeh, derrotado nas eleições de Dezembro de 2016. Desde então que Barrow tem tentado retirar o país do isolamento internacional, com o regresso à Commonwealth a representar mais um passo nesse sentido.

A saída da organização, integrada na sua grande maioria por países que, outrora, foram colónias britânicas, foi ditada pelo antigo líder gambiano, que governava o país com 'mão de ferro' desde 1994.

Pouco depois de tomar posse, em Janeiro de 2017, Barrow anunciou a intenção de regressar à Comunidade Britânica, decisão confirmada meses depois pelo Parlamento gambiano.

ZUMA NEGOCEIA SAÍDA DO PODER COM RAMAPHOSA

Escândalos de Zuma podem prejudicar o ANC em 2019

CRISE POLÍTICA. Presidente da África do Sul joga as últimas cartas antes de abandonar o poder, numa altura em que partidos da oposição querem o estadista na cadeia.

Por António Miguel

Escândalos de corrupção e sexuais poderão não só provocar a queda do presidente sul-africano, como também podem empurrá-lo às barras do tribunal, segundo o líder de um partido da oposição sul-africana (Aliança Democrática), Mmusi Maimane, que avançou que o seu partido não irá descansar até que o chefe de Estado sul-africano vá a julgamento.

A pressão sobre Jacob Zuma não vem apenas de políticos da oposição, mas também da direcção do seu partido. Desesperadamente, o ANC (Congresso Nacional Africano) quer afastar o antigo líder do partido de Nelson Mandela, do cargo de presidente da República, com o intuito de recuperar a popularidade daquela formação política.

No entanto, Jacob Zuma não se mostra disponível a abandonar o cargo de 'mãos-beijadas'. De acordo com a imprensa sul-africana, o presidente da África do Sul já se encontra a negociar com o líder do ANC, Cyril Ramaphosa, as condições da sua saída, o que terá forçado o cancelamento, na semana passada, de uma reunião agendada pelo partido para pressionar a demissão do estadista sul-africano.

O especialista angolano em relações internacionais, Augusto Báfua Báfua, entende que o prazo para o presidente da África do Sul abandonar o poder não passará de Março, tendo em conta a urgente necessidade que o ANC tem de manter a confiança dos sul-afric-



Jacob Zuma, presidente da África do Sul

nos. Sobretudo, continuou o analista, para não prejudicar o partido nas eleições de 2019.

"Quanto mais tarde isso acontecer [a saída do Zuma], menor é a probabilidade de o ANC vencer as eleições. Ou seja, o ANC pode até ganhar, mas será com uma maioria simples, com menos de 50%. E, como o presidente da África do Sul não é eleito de forma directa, é eleito pelo parlamento, há o risco de a oposição unir-se para formar o governo e pôr o ANC na oposição", explica Augusto Báfua Báfua, lembrando que Zuma, na sua juventude, já esteve preso, entre os 19 e

destituída do poder por priorizarem agendas pessoais em detrimento das agendas dos partidos, que os sustenta no poder, esquecendo-se ainda de resolver os problemas do povo.

"No caso da África do Sul, não esqueçamos que este país tem grandes problemas de desigualdade económicas e sociais e isso faz com que haja uma grande pressão da população sobre as figuras políticas", apontou o politólogo, acrescentando que "Zuma está a beber do seu próprio veneno, porque, há 10 anos, chegou ao poder com a destituição do presidente Thabo Mbeki".

O encontro entre Zuma e Ramaphosa aconteceu logo após o anúncio do adiamento do discurso sobre o Estado da Nação, que estava agendado para quinta-feira, 8, como anunciou o porta-voz da Assembleia Nacional (câmara baixa do Parlamento sul-africano), Baleka Mbete.

Zuma e o seu sucessor à frente do ANC encontraram-se na residência oficial do presidente da República, na Cidade do Cabo. Cyril Ramaphosa fez-se acompanhar pelo secretário-geral do partido, Ace Magashule, que avançou à imprensa que as negociações de terça-feira, 6, foram "construtivas e sólidas".

Referiu também que tanto Zuma como Ramaphosa concordaram com a decisão de adiar o discurso sobre o Estado da Nação. No entanto, o secretário-geral do ANC não avançou pormenores da demissão do chefe do governo da África do Sul.

O secretário-geral do ANC também não especificou quem irá proferir o discurso do Estado da Nação, cuja nova data ainda está por ser anunciada. Zuma está no poder desde 2009 e pesam sobre si alegações de corrupção que têm enfraquecido bastante a sua posição como presidente, especialmente desde que Ramaphosa o substituiu como líder do ANC em Dezembro.

MEMORIZE

• O partido de esquerda da oposição Lutadores pela Liberdade Económica tem agendado, para 22 de Fevereiro, a apresentação de um voto de não confiança ao presidente sul-africano, Jacob Zuma.

26 anos, correndo novamente o risco de ir para a cadeia aos quase 80 anos de idade.

O politólogo angolano Olívio Kilumbo afirma que grande parte das figuras políticas africanas acaba



O SENADO norte-americano aprovou a proposta orçamental necessária para pôr o governo federal em funcionamento, acabando com um 'shutdown' temporário, e reencaminhou-a para a Câmara dos Representantes.



O VICE-PRESIDENTE norte-americano antecipou a aplicação de sanções económicas "mais agressivas" contra a Coreia do Norte, intensificando a pressão sobre o governo norte-coreano durante os Jogos Olímpicos de Inverno.



EM PORTUGAL

Têxteis batem recordes

As exportações portuguesas de têxtil e vestuário atingiram, em 2017, um recorde, aumentando 4% face ao ano anterior e somado 5.237 milhões de euros, divulgou a Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP).

Em comunicado, a ATP destaca que as exportações de matérias têxteis "estiveram muito mais dinâmicas no último ano", registando um crescimento de 10%, enquanto as exportações de vestuário aumentaram 3% e as de têxteis para o lar subiram 1%.

Espanha continuou em 2017 a liderar o 'ranking' dos principais destinos, com uma quota de 34% mas, pela primeira vez nos últimos anos, registou uma queda de 0,6%, ou seja, menos 10 milhões de euros face a 2016.

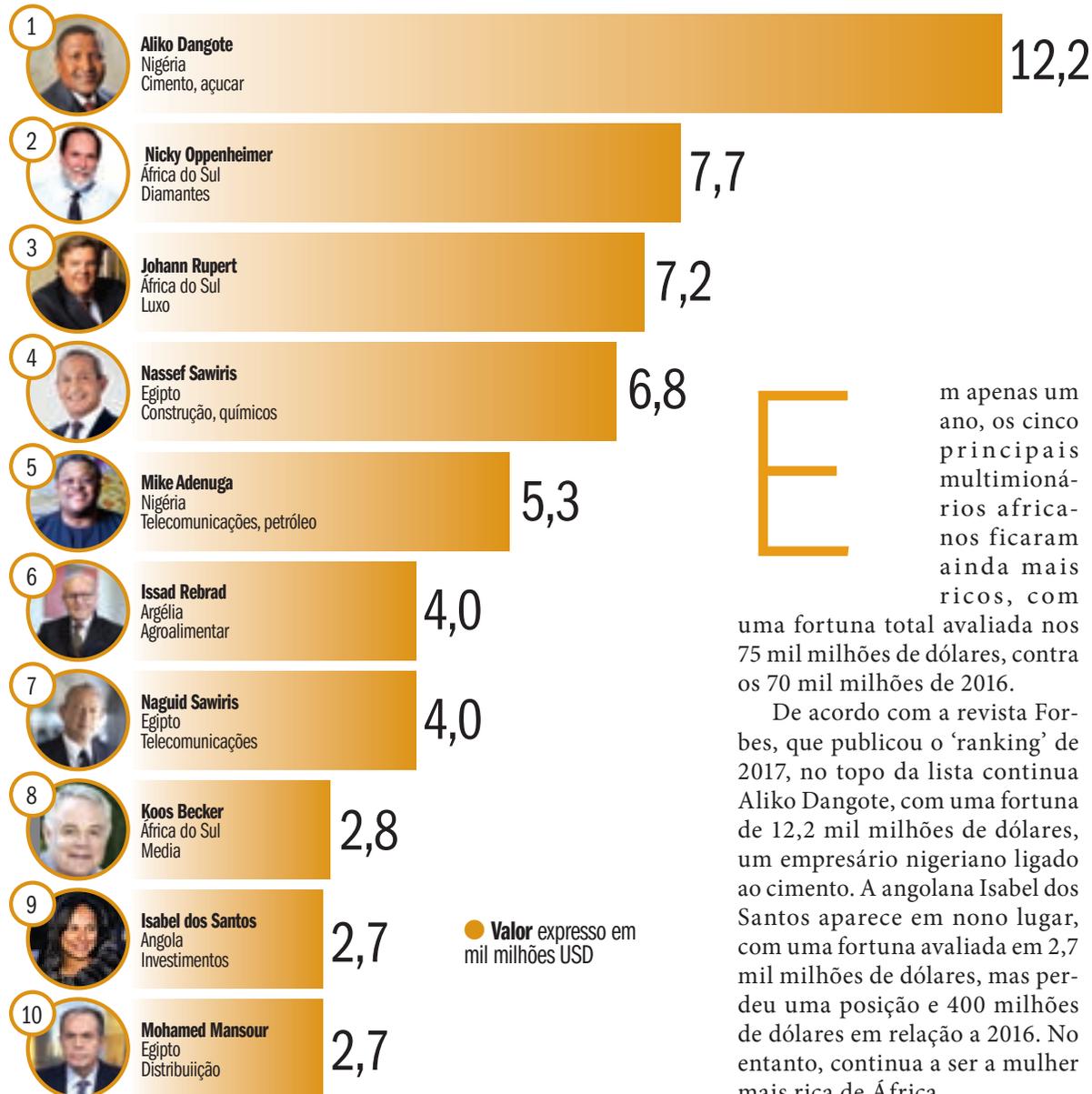
Apesar da crise das divisas, as exportações para Angola, 13.º principal destino, aumentaram 47% (mais 15 milhões de euros).

O destino que registou maior queda foi a Tunísia, para onde o sector vendeu 36,8 milhões de euros, ou seja, menos 10 milhões do que em 2016 (descida de 22%).

Já os EUA foram o destino que mais cresceu, com um aumento absoluto de cerca de 54 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 20,3%, que lhes confere uma quota de 6% (equivalente a 318 milhões de euros) nas exportações.

LISTA DOS MILIONÁRIOS AFRICANOS

Cada vez mais ricos



Em apenas um ano, os cinco principais multimilionários africanos ficaram ainda mais ricos, com uma fortuna total avaliada nos 75 mil milhões de dólares, contra os 70 mil milhões de 2016.

De acordo com a revista Forbes, que publicou o 'ranking' de 2017, no topo da lista continua Aliko Dangote, com uma fortuna de 12,2 mil milhões de dólares, um empresário nigeriano ligado ao cimento. A angolana Isabel dos Santos aparece em nono lugar, com uma fortuna avaliada em 2,7 mil milhões de dólares, mas perdeu uma posição e 400 milhões de dólares em relação a 2016. No entanto, continua a ser a mulher mais rica de África

Entre o nigeriano e a filha de José Eduardo dos Santos, surge o argelino Issad Rebrad que conquistou três lugares e tem a sexta fortuna do continente, avaliada em quatro mil milhões de dólares.

Na segunda posição, está o sul-africano Nicky Oppenheimer com 7,7 mil milhões de dólares e que já liderou o comércio mundial de diamantes até 2012. Outro sul-africano, Johann Rupert, ocupa a terceira posição, graças aos negócios que detém na cadeia de luxo suíça, a Richemont, que valem 7,2 mil milhões.

A quarta maior fortuna africana pertence ao egípcio Nassef Sawiris, com 6,8 mil milhões de dólares, graças à construção e à indústria química. No quinto lugar, está o nigeriano Mike Adenuga que detém 5,3 mil milhões de dólares, com negócios nas telecomunicações e petróleo.



900 MILHÕES DE EUROS

Carnaval dá lucros

Millhões de pessoas mascaradas nas ruas, milhões de litros de cerveja consumidos, grandes desfiles que devem reunir mais de 72 mil pessoas são alguns dos números grandiosos do Carnaval do Rio de Janeiro, cuja festa

maior está marcada para amanhã.

Em 2018, a cidade brasileira espera atrair 1,5 milhões de turistas do país e do mundo, mais 400 mil pessoas do que no ano passado.

Tal afluxo de turistas vai injetar cerca de 875 milhões de euros na economia. Uma bênção para uma cidade que atravessa uma séria crise financeira.

No Carnaval, a taxa de ocupa-

ção dos hotéis do Rio de Janeiro está em 86%, número maior do que os 71% registados no ano passado, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH).

Cada uma das escolas de samba do 'Grupo Especial' tem três a quatro mil pessoas que terão de pagar para desfilar no Sambódromo entre 200 e 400 euros.

RECOMENDADO O REFORÇO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Fontes hídricas no Huambo “em risco”

AGRICULTURA. Especialistas apontam a agricultura familiar mecanizada como um dos problemas ambientais frequentes na província, por colocar em perigo de extinção muitas espécies da fauna e flora locais.

O desmatamento intenso das florestas naturais no Huambo está a colocar “em risco” a continuidade das fontes hídricas, uma situação que “pode ocasionar problemas ecológicos, económicos e sociais”.

O alerta foi feito recentemente pelo docente e ambientalista César de Osvaldo Pakissi, que, em declarações à Angop, sugeriu igualmente a necessidade da definição de uma estratégia ex-

quível para pôr fim ao derrube das florestas locais.

“Estamos a viver um problema ambiental que já começa a ser preocupante, porque há menor volume de água nos principais leitos e, apesar desta situação, tudo indica que o problema se vai agudizar com o tempo, comprometendo, assim, o uso das principais nascentes que dão sustento às bacias hidrográficas importantes”, alertou.

Para o professor universitário, uma das consequências imediatas do desmatamento das áreas florestais é o assoreamento dos leitos das nascentes hídricas, a perda da biodiversidade e uma

MEMORIZE



• Para a preservação do ambiente, o especialista recomenda a elaboração de um plano de gestão das florestas, a investigação sobre a reprodução de espécies autóctones, restauração ou regeneração das florestas plantadas na região, bem como a implementação de hortícolas rurais, com a criação de municípios pilotos.

maior dependência de recursos hídricos, que, acredita, já estão “indisponíveis”, essencialmente no sector da agricultura, facto que “pode causar fome às famílias”.

A realização constante de uma agricultura familiar mecanizada, de acordo com César de Osvaldo Pakissi, também é um dos problemas ambientais frequentes na província, por colocar em risco de extinção muitas espécies animais e vegetais.

Segundo o ambientalista, o Huambo é a região mais importante do país em termos de reabastecimento de água, sendo, por isso, necessário dar-se a devida importância às fontes hídricas.

Por isso, recomenda o reforço acções de educação ambiental, formal e informal, privilegiando as crianças, para que a população adopte práticas de conservação e protecção do ambiente.

O ambientalista recomenda igualmente a criação de aldeias ecológicas e a implementação de um viveiro de árvores para o repovoamento das florestas, a promoção de uma fiscalização ambiental mais eficiente, a aplicação de sanções e multas aos que degradam a natureza, assim como a implementação de políticas de sensibilização dos camponeses para reduzir o impacto negativo sobre o ambiente.

O Huambo é uma das regiões mais importantes do país em termos de reabastecimento de água.



Educação & Tecnologia



Dados de clientes de fora da China continuarão a ser armazenados nos EUA e na Dinamarca.

CENTRO DE DADOS COMEÇA A SER CONSTRUÍDO ESTE MÊS

Apple investe 800 milhões de euros na China

INFORMÁTICA. Centro de dados de Ghizou armazenará fotos, vídeos e documentos de contas iCloud de clientes da Apple que moram na China, mesmo que eles se ausentem do país em viagem.

A Apple anunciou, na passada semana, que vai investir 800 milhões de euros na construção de um centro de dados na China, que permitirá gerir os serviços de armazenamento iCloud sem infringir as normas deste país.

O centro de dados começará a ser construído ainda em Fevereiro na província de Guizhou e deverá entrar em funcionamento apenas a partir de 2020.

O centro será administrado pela empresa Guizhou-Cloud Big Data Industry (GCBD), propriedade do governo chinês, o que está a levantar dúvidas sobre a segurança das contas iCloud, que armazenam informações pessoais transferidas

2020

Ano em que entra em funcionamento o centro de dados.

MEMORIZE

● Enquanto o centro de Ghizou está em construção, a Apple alugará os serviços dos três maiores operadores de telecomunicações do país, de forma a cumprir todos os requisitos legais para operar na China.



de iPhones, iPads e computadores.

O gigante tecnológico americano avançou para a construção do centro para cumprir a legislação da China, que exige que os provedores de armazenamento de dados mantenham a informação dos clientes do país em computadores localizados em território chinês.

O centro de dados de Ghizou armazenará fotos, vídeos e documentos de contas iCloud de clientes da Apple que moram na China, mesmo que eles se ausentem do país em viagem.

Os dados de clientes de fora da China continuarão a ser armazenados nos Estados Unidos e no centro de dados da Dinamarca.

Enquanto o centro de Ghizou está em construção, a Apple alugará os serviços dos três maiores operadores de telecomunicações do país, de forma a cumprir todos os requisitos legais para operar na China.

REFERENTE A 2017

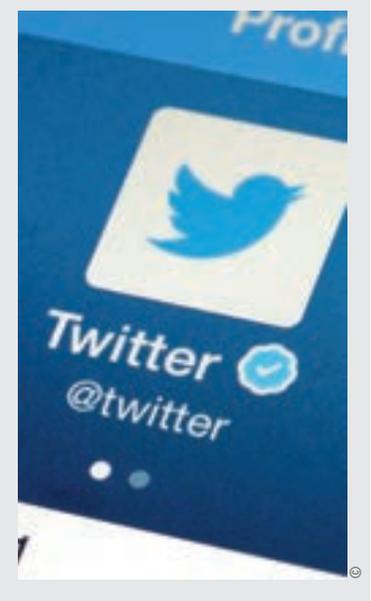
Twitter anuncia primeiros lucros de sempre

A rede social Twitter anunciou, na quinta-feira, que obteve no quarto trimestre de 2017 os primeiros resultados líquidos positivos, cerca de 91 milhões de dólares, desde que foi criada, há cerca de 12 anos.

No conjunto de 2017, a empresa manteve-se deficitária com uma perda líquida de cerca de 108 milhões de dólares, mesmo assim bastante inferior ao exercício de 2016, ano em que registou um prejuízo de 457 milhões de dólares.

A Twitter afirmou que tinha uma média de 330 milhões de utilizadores activos por mês nos três últimos meses de 2017, o mesmo número do trimestre precedente.

As receitas da Twitter atingiram 732 milhões de dólares no quarto trimestre de 2017, mais 2% do que nos três meses anteriores e acima do esperado pelos analistas.



Marcas & Estilos

Elegante e intemporal

O Clubmaster da Nato nasceu do casamento da forma e dos materiais. Com a forma característica inspirada nos anos de 1920, este relógio confere-lhe um aspecto único e clássico para um segmento elegante e intemporal.

À luz da física

A lâmpada de contrapeso da Luceplan parece desafiar as leis da física, pois está à vontade no espaço. É uma luminária que contrabalança o equilíbrio dinâmico de um móvel escultural equipado com um sistema de fluidos.

Conforto polido

Estes sapatos Caoba são feitos de modo artesanal e é polido à mão, com couro de bezerro. O detalhe são as fivelas de bronze. O forro abrange a sola e o interior que lhe garante todo o conforto de que os seus pés necessitam.

A descobrir o mundo

Este é um presente que inclui duas pulseiras. A faixa de couro dupla é 'unisex' e banhada em ouro. É um acessório da Wrap, perfeito para evocar um espírito conquistador, expressar o amor pela viagem e uma infinita curiosidade para descobrir o mundo.

Negócios imperdíveis

O PIQS TT é o primeiro projector portátil do mundo com tecnologia de auto-foco e com patente para usar o sistema Dual-Optic. É um óptimo companheiro que não projecta apenas os vídeos e fotos favoritos, assim como é uma óptima ferramenta para negócios.

Transportando sonhos

A bolsa de nylon preto da Prada, de alças no topo, ajustáveis e destacáveis com fecho de agulha, vai transportar, a partir de agora, todos os seus objectos pessoais e de trabalho de modo confortável. O mais importante é que levará igualmente consigo os seus grandes sonhos.

AUTOMÓVEL

Uma viagem presidencial

Este é o modelo da Mercedes Benz que vem com protecção contra explosões e rajadas de tiros com blindagem que leva peso a mais de cinco toneladas. É a sua maior limusina, denominada Maybach S600 Pullman. A variante Guard dispõe de 4,2 metros de entre-eixos, com o máximo de luxo alguma vez feito pela marca alemã. Custa nada menos que 1,4 milhões de euros na Alemanha. Se estiver interessado, basta ficar com as antenas ligadas porque poderá ter uma dessas limusinas das mãos do presidente russo, Vladimir Putin, que vai vender os seus 11 carros a partir de 2019, a um valor ainda por definir.



RESTAURANTE

Uma opção suculenta

Segundo relatos dos mais exigentes frequentadores da casa e da gerência, o Madeirense, bem no centro da capital, é aquele tipo de restaurante que tem poucas coisas na sua ementa, mas todas elas são feitas com mestria e perfeição. Para os apreciadores de carne, não há dúvidas: as espetadas são a opção certa. Quem visita o Madeirense é carinhosamente servido com suculentos pedaços de bife de lombo

de muito boa qualidade, temperados apenas com alho e sal grosso e grelhados no carvão. E, se pedir a carne mal passada, virá mesmo mal passada, o que ainda é uma raridade em muitos restaurantes de Luanda. Para acompanhar, sugerimos o imprescindível bolo de caco e as deliciosas batatas fritas da casa. Uma vez aqui, há-de querer voltar sempre. E não se vai arrepender.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 22 DE FEVEREIRO

Exposição individual de fotografia 'Sentidos', da artista plástica Eva Liberal, no Centro Português Camões.

17 DE FEVEREIRO

Ndaka Yo Wiñi apresenta o concerto 'Lundongo no Lwandu', com Anabela Aya e Dodó Miranda, na Casa das Artes, em Talatona, a partir das 21 horas. Bilhetes a 6.000 kwanzas.

19 DE FEVEREIRO

Encerramento da exposição individual do artista plástico Landrick Luzinga, intitulada 'Praça Nova', na Galeria Tamar Golan, às 18 horas.

21 DE FEVEREIRO

Músico angolano Toty Sa' medem concerto, no Jade Rooftop, na Ingombota, a partir das 20 horas.

DE 19 A 23 DE FEVEREIRO

A Escola de Design e Comunicação de Angola apresenta curso de oratória, no Centro de Conferências de Belas. Das 8 às 14 horas. Inscrições a 60.000 kwanzas.

“Há artistas que, muitas vezes, fazem grandes deslocações e precisam de apoio. Se for pedir empréstimo a um banco, vão pedir um avalista.”

NAZARINA SEMEDO, MÚSICA

“Como se consegue ter um avalista na arte?”

MÚSICA. Em mais de 20 anos de carreira, lançou apenas dois discos, mas vive da produção musical. No novo disco, não conta ganhar dinheiro com as vendas. Está preocupada com a perda da identidade da cultura angolana.

Por Amélia Santos

Que avaliação faz da sua carreira em mais de 20 anos?

Faço uma avaliação positiva. Já passei por muitas coisas positivas e negativas. Enquanto artista, sempre procurei fazer o que realmente gosto e que o meu público desejou ouvir

de mim. Fazer arte em Angola não é fácil. O processo de guerra que o país viveu fez com que muitos artistas desaparecessem. Nas décadas de 1960 e 1970, a música era feita numa outra perspectiva. Agora que enfrentamos um país com paz, a temática musical mudou muito, uns acham que é para melhor, outros para pior.

E no seu caso?

O mundo é feito de dinamismo e temos de acompanhar a evolução. Uma coisa que era feita há 20 anos não pode ser a mesma de hoje. A música angolana evoluiu muito, mas também perdeu identidade cultural. Claro que trazemos a essência que é muito forte, como a kizomba, kilapanga, massamba, mas são ritmos que, com o passar dos anos, vão acabar no esquecimento. A nova música feita pelos jovens perde-se nas influências ocidentais, esquecendo-se daquilo que realmente nos identifica.

A internacionalização é a sua meta?

Atingir o mercado internacional não depende muito do artista, mas da própria base que envolve o artista. Não



Santos Samuessa © VE

PERFIL

Nazarina Semedo é natural de Luanda, e aos 36 anos, soma 20 anos de carreira. Lançou dois álbuns ‘Sem Igual’, 2017, e ‘Alguém como tu’, 2005.

Tem como referências musicais Aretha Franklin, Eunice José, (Afrikkanitha). Entre os artistas da nova geração, tem como preferência Edmazia, Cef, entre outros. Dia 14 deste mês, actua no Chá de Caxinde Sucará, em Luanda.

vivo muito de sonhos, mas quero, como qualquer artista, fazer parte do mercado internacional.

Depende só do rendimento da música?

A música é o meu primeiro emprego, comecei a fazer música aos 16 anos. É difícil viver da música, mas vive-se. É necessário disciplina, orientação e sabermos como atingir os objectivos. Vivemos numa estratificação musical, não como queríamos. Tudo o que

faço quando estou fora dos palcos é ligado à música. Estou há dois anos a trabalhar na Palanca Tv num projecto ligado à música. Estou sempre ligada à publicidade, produção e a fazer trabalhos para outros artistas. Nunca estou parada.

Enquanto se formava, ficou fora dos palcos?

Estive afastada, porque a vida é feita de prioridades. Enquanto artista, sou perfeccionista. Precisei de um tempo, para me focar nos estudos e ver novas estratégias. Sou formada em Psicologia e isso ajuda na minha carreira.

Sente-se ‘enteada’ do Ministério da Cultura?

Os artistas têm feito a sua parte. E precisam de meios para mostrar a sua arte, lugar adequado e público-alvo. Há artistas que, muitas vezes, fazem grandes deslocações e precisam de apoio. Se for pedir empréstimo a um banco, vão pedir um avalista e como é que se consegue um avalista se se trabalha com arte? Muitas vezes, faltam oportunidades.

As mulheres já ocupam um lugar de destaque na indústria cultural?

Com certeza! Falo da Nany, da Belita Palma, Lourdes Van-Dúnem que se souberam impor. As mulheres sempre foram excluídas das actividades realizadas por homens. A nossa sociedade sempre foi um pouco machista. Hoje, o mercado musical feminino cresceu consideravelmente e é visto com maior orgulho, não deixamos nada a desejar em relação aos homens.

As Gingas do Maculusso, Isidora Campos, Eunice José, Dina Santos, Clara Monteiro vieram dar outro ‘input’ no contexto não pejorativo, porque as mulheres eram vistas como outra coisa. A partir daí, a música feminina começou a tomar outros contornos. Era impensável uma mãe deixar uma filha ir cantar a um centro cultural, mas hoje a realidade é diferente.

O que acha dos artistas que promovem músicas que contenham mensagens negativas?

Tudo tem que ver com o imediatismo e com a educação. As pessoas têm de saber o que querem na vida. Uns, por quererem aparecer, não vêem meios para atingir o fim. Tudo isso passa por um cuidado, estamos a perder a nossa essência. O Ministério da Cultura não se preocupa em passar o que é a cultura angolana. É mais fácil ouvir alguém que canta qualquer coisa, do que alguém que faça poemas numa música. O semba não é difícil, porque vem do coração, é bem mais difícil fazer um guetho zouk, porque tem influências norte-americanas.

Que novidades traz no ‘Sem Igual’?

Trago mensagens de amor e factores sociais que abrangem relacionamentos. Conto com a participação do Caló Pascoal, Agre G, Fhather Mack e os Man dos Santos. Além do duo Soft Voices, Beto Max e outro dueto com Djamilia D’Elves. Não queria deixar o ano terminar sem esse compromisso com o meu público. Apesar de estar distante dos palcos, as pessoas não se esqueceram de mim.

Vai reaver os valores investidos?

O álbum não foi barato, no que toca a divisas. O artista tira o que investiu em ‘shows’, contratos, parcerias, publicidade e outras formas, mas com a venda não vê nada.

NÚMEROS DA SEMANA

2

Milhões de dólares é o dinheiro que a fábrica de sabão Rogério Leal precisa, por mês, para manter uma produção de 500 toneladas de sabão/mês.

19,1

Milhões de dólares é o montante que vai ser pago à consultora holandesa KPMG, para auditar as contas da petrolífera Sonangol e das suas subsidiárias até 2019.

5

Milhões de dólares, valor da dívida de Angola com Portugal relativa ao tratamento médico de angolanos, anunciou o embaixador de Angola nesse país europeu, Marcos Barrica.

50

Mil, quantidade de toneladas de produtos diversos que se prevê transportar de comboio mensalmente do Namibe para outras regiões do país, informou o secretário de Estado dos Transportes Ferroviários, José Cerqueira.



NOVO ACORDO RUBRICADO NA SEXTA-FEIRA

Brasil garante dois mil milhões USD a Angola

Angola e o Brasil rubricaram, na passada sexta-feira, em Luanda, um acordo de financiamento, avaliado em cerca de dois mil milhões de dólares para a cobertura do crédito às exportações brasileiras, sobretudo para investimentos na área dos bens e serviços.

A informação consta de uma nota de imprensa do Ministério das Finanças, divulgado na sexta-feira, onde se destaca que “as partes acordaram um compromisso do Brasil para a concessão a Angola de cobertura do seguro de crédito à exportação”.

O acordo foi rubricado pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, e pelo ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, pela parte brasileira. Archer Mangureira assegurou a “utilização dos recursos agora captados para a implementação de alguns projectos inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Orçamento Geral do Estado. “Vamos priorizar os projectos que estão inscritos no PIP. O OGE 2018 está em aprovação e temos projectos identificados

em diversos domínios com incidência para a energia e águas, transportes e obras públicas”.

O ministro esclareceu, por outro lado, que a assinatura do memorando de entendimento marca a retoma da relação comercial entre os dois países, com vantagens igualmente para o sector empresarial privado nacional.

“Este memorando é um ponto de partida importante para a revitalização das relações comerciais com o Brasil que não se restringem apenas a projectos de investimento público”, referiu, reforçando que Angola precisa não só de concentrar as relações financeiras no apoio e na criação de facilidades financeiras para o investimento público, mas também desenvolver mecanismos que possam ajudar o financiamento ao sector produtivo.

Para Archer Mangureira, o acordo “pode ser um bom ponto de partida para facilitar a captação de poupança externa voltada ao sector produtivo e intensificar as relações entre os empresários dos dois países”.

A assinatura deste memorando de entendimento, segundo ainda a nota do Ministério das Finanças, resulta de negociações entre as partes que decorrem há cerca de um ano e “confirmam o cumprimento das responsabilidades de Angola em relação à regularização do serviço da dívida, e do Brasil em relação à redinamização das facilidades financeiras”.

O comunicado do Ministério das Finanças destaca ainda que, até à presente data, o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) do Brasil já financiou vários projectos de impacto socioeconómico em Angola, com realce para a construção das barragens hidroeléctricas de Laúca e de Cambambe.

Constam ainda desta lista, a construção do sistema de abastecimento de águas às cidades de Benguela, Lobito e Catumbela; da via expresso Luanda-Viana; do aeroporto internacional da Catumbela, bem como a construção do pólo industrial de Capanda, entre outros.

IMPORTAÇÃO

Angola gasta 245 milhões em peixe

Angola gasta por ano 245 milhões de dólares com a importação de peixe, revelou o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, num fórum de auscultação aos empresários do sector do comércio.

Para colmatar o problema, o líder associativo propôs ao Ministério do Comércio a criação de um comité de produção nacional que pode ser coordenado pela presidência da República e pelo Ministério do Comércio.

A ideia, segundo José Severino, é substituir as importações, facilitar a circulação mercantil e reduzir a importação de carne, criando pequenas taxas sobre a farinha de peixe, “porque cada quilo de farinha de peixe gasta cinco quilos de peixe”.



O VALOR ESTA SEMANA

SONANGOL

Com menos dinheiro

A Sonangol volta a ver reduzido o percentual a que tem direito pela actividade de concessionária, passando de 7% para 5%. A primeira aconteceu em 2013 quando passou de 10% para 7%. A decisão provoca opiniões diferentes com determinada corrente a defender a extinção da taxa. **Pág.18**



EXPORTAÇÃO PETROLÍFERA PARA A CHINA

Receita aumentou mais de 40%

A receita angolana, com a exportação de petróleo para a China, aumentou 41,6% em 2017 para 19,4 mil milhões de dólares face aos 13,7 mil milhões de dólares alcançados no ano anterior, segundo dados da Administração Geral das Alfândegas da China. Os números representam mais do dobro do total das receitas fiscais do petróleo declaradas pelo Ministério das Finanças para 2017. O cumprimento dos acordos de partilha está entre as principais razões para a referida disparidade, segundo especialistas do sector. **Pág. 8**

OGE

UNITA vota contra

A UNITA vai votar contra o Orçamento Geral do Estado, por não fazer constar as “principais propostas” do partido, sobretudo nas áreas sociais, apesar do ajuste que se fez à proposta inicial. O OGE deve ser aprovado esta semana. **Pág.11**